

UNIVERSIDADE FUMEC
MESTRADO EM ESTUDOS CULTURAIS CONTEMPORÂNEOS

Mariana Prates Cardieri

**ESTUDOS CULTURAIS, NEURODIVERSIDADE E PSICANÁLISE:
Um lugar para o autismo**

Belo Horizonte
2018

Mariana Prates Cardieri

**ESTUDOS CULTURAIS, NEURODIVERSIDADE E PSICANÁLISE:
Um lugar para o autismo**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Estudos Culturais Contemporâneos da Universidade FUMEC, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Estudos Culturais Contemporâneos.

Área de concentração: Interdisciplinar

Orientador: Prof. Doutor Sérgio Laia

Belo Horizonte

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C267e Cardieri, Mariana Prates, 1982 -

Estudos culturais, neurodiversidade e psicanálise: um lugar para o autismo / Mariana Prates Cardieri. - Belo Horizonte, 2018.

93 f.; 29,7 cm

Orientador: Sérgio Augusto Chagas Laia

Dissertação (Mestrado em Estudos Culturais Contemporâneas), Universidade FUMEC, Faculdade de Ciências Humanas, Sociais e da Saúde, Belo Horizonte, 2018.

1. Autismo - Brasil. 2. Cultura - Estudo e ensino - Brasil. 3. Psicanálise - Brasil. I. Título. II. Laia, Sérgio. III. Universidade FUMEC, Faculdade de Ciências Humanas, Sociais e da Saúde.

CDU: 159.964.2



Mariana Prates Cardieri

ESTUDOS CULTURAIS, NEURODIVERSIDADE E PSICANÁLISE: um
lugar para o autismo

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação
em Estudos Culturais Contemporâneos da Universidade
Fumec, como requisito parcial para obtenção do título
de Mestre em Estudos Culturais Contemporâneos.

Aprovado em: 03 de setembro de 2018.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Sergio Augusto Chagas de Laia – Universidade FUMEC
(Orientador)

Prof. Dr. Luiz Henrique Barbosa – Universidade FUMEC
(Examinador Interno)

Profa. Dra. Silvia Tendlarz – Universidad Museo Social Argentino
(Examinador Externo)

RETORIA

Av. Afonso Pena, 3030 - Centro
30130-909 - Belo Horizonte, MG

CAMPUS

Rua Coelhe, 300 - Centro
30310-120 - Belo Horizonte, MG

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar ao meu pai, Sérgio, por acreditar em mim, incentivar meus estudos sempre e tornar possível a realização de mais um sonho. À minha mãe, Eleonora, pelo amor e por cuidar do meu filho com tanto carinho para que eu pudesse me dedicar aos estudos. Ao Leonardo, pela parceria e paciência. À Mayra, pela amizade que tornou mais leve esta caminhada.

Aos funcionários do Mestrado, em especial ao Júlio, pela boa vontade em ajudar.

Minha sincera gratidão aos professores do Mestrado, em especial à Astréia, que tanto admiro. Aos estimados professores Luiz Henrique Barbosa e Silvia Tendlarz, por aceitarem prontamente o convite para compor a banca examinadora desta dissertação, agregando valor e credibilidade à pesquisa. Ao professor Sérgio Laia, pela orientação cuidadosa e dedicada, pela competência e brilhantismo inigualáveis!

RESUMO

A presente pesquisa aborda o autismo no contexto social contemporâneo, em uma articulação interdisciplinar, valendo-se da orientação lacaniana em psicanálise, dos Estudos Culturais e da noção de neurodiversidade. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de revisão teórica e de caráter qualitativo. Justificando-se pela relevância do tema e pela urgência em se pensarem soluções que melhorem a realidade do ser humano em sua diversidade, este estudo tem como objetivo encontrar, na interseção de saberes, um lugar para o autismo. Para tanto, situa-se, de início, o interesse dos Estudos Culturais pelas minorias, resgatando o contexto histórico de seu surgimento e sua relação com diferentes grupos de excluídos da sociedade. Faz-se um levantamento histórico do processo de formulação do diagnóstico do autismo desde a cunhagem do termo até as definições e critérios atualmente vigentes. Discute-se sobre a noção de neurodiversidade, sua origem e as implicações dessa proposta para a sociedade em geral e para os autistas. Articula-se essa noção aos conceitos sustentados pela psicanálise de orientação lacaniana – que tem contribuído significativamente para a compreensão da subjetividade singular desses sujeitos. Apresenta-se um caso de autismo específico, através da análise do testemunho autobiográfico de uma autista, permeado por elaborações de psicanalistas lacanianos acerca do tema. Discute-se, por fim, sobre o autismo generalizado – como um fenômeno contemporâneo comum que, embora não se configure como diagnóstico específico de autismo, apresenta-se similar em alguns aspectos. As discussões elaboradas nesta pesquisa permitem concluir pela pertinência da proposta inicial, de se buscar um lugar para o autismo a partir da interseção entre os Estudos Culturais, a noção de neurodiversidade e a psicanálise de orientação lacaniana. Conclui-se, ainda, que os aspectos que, muitas vezes, marcam as diferenças e produzem segregação social poderiam ser compreendidos como variações humanas normais ou como virtudes singulares fundamentais para a garantia da riqueza da humanidade.

Palavras-chave: Autismo. Estudos Culturais. Neurodiversidade. Psicanálise.

ABSTRACT

This research discusses autism in the contemporary social context, using an interdisciplinary approach based on Lacanian psychoanalysis, Cultural Studies and concepts of neurodiversity. It is a bibliographical research, theoretical and qualitative in character. This study aims to establish the relevance of the theme and to emphasize the urgency of identify solutions that improve the lives of a diverse population. With this aims, we will point the Cultural Studies interests by the minorities, recovering the historical context of its emergence and its relation with marginalized groups of the society. It is a historical survey of autism diagnosis, from the coinage of the term autism to current criteria and definitions. It discusses the concept of neurodiversity, including its origins and its implications for society in general and for the autistic. We link neurodiversity to ideas of Lacanian-oriented psychoanalysis, which has contributed significantly to the understanding of the singular subjectivity of autistics. We present a case study through analysis of autobiographical testimony from an autistic woman, supplemented by commentary from Lacanian psychoanalysts about her testimony. Finally, we discuss generalized autism, a common contemporary phenomenon that is similar to specific diagnoses of autism. This discussion develops an enhanced understanding of autism, at the intersection of Cultural Studies, neurodiversity and Lacanian psychoanalysis. We also conclude that characteristics that often mark people as different and produce social segregation can be understood as normal human variations and as unique traits fundamental to human diversity.

Keywords: Autism. Cultural Studies. Neurodiversity. Psychoanalysis.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1 OS ESTUDOS CULTURAIS E AS MINORIAS.....	13
1.1 Contextualização histórica dos Estudos Culturais.....	
13	
1.2 Multiculturalismo e Interdisciplinaridade.....	
18	
1.3 As minorias, os Estudos Culturais... e os autistas.....	
23	
2 AUTISMO E NEURODIVERSIDADE.....	
30	
2.1 Contextualização histórica do diagnóstico de autismo.....	
30	
2.1.1 Eugene Bleuler.....	33
2.1.2 Hans Asperger.....	34
2.1.3 Leo Kanner.....	
37	
2.1.4 As décadas de 1950 e 1960.....	
40	
2.1.5 As décadas de 1970 e 1980.....	
42	
2.1.6 A década de 1990.....	
45	
2.1.7 De 2000 a 2010.....	
47	
2.1.8 Atualidades.....	49
2.2 Autismo e neurodiversidade.....	
54	

3 AUTISMO ESPECÍFICO E GENERALIZADO.....	
63	
3.1 A especificidade do autismo.....	
63	
3.2 Um caso de autismo específico.....	
71	
3.3 Autismo generalizado e a cultura contemporânea.....	
81	
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	85
REFERÊNCIAS.....	90

INTRODUÇÃO

Esta dissertação aborda o autismo no contexto social contemporâneo, valendo-se da orientação lacaniana em psicanálise, dos Estudos Culturais e da recente noção de neurodiversidade, que, como veremos, tem sido bastante utilizada contemporaneamente por alguns autistas e estudiosos do autismo no meio acadêmico-científico.

Situaremos, de início, o interesse dos Estudos Culturais pelas minorias, resgatando o contexto histórico em que esse novo campo de investigação surgiu e que contribuiu para o estabelecimento de novas relações acadêmicas e políticas com diferentes grupos de excluídos da sociedade. Nesse mesmo contexto, ressaltamos os aspectos democrático-igualitários que marcam os princípios desse campo de investigação. Coerente com esses princípios, apresentaremos a proposta de que o autismo poderia ser incluído entre as temáticas de interesse dos Estudos Culturais, pois se refere a uma minoria cujas questões vêm ganhando representatividade na sociedade contemporânea e, historicamente, é marcada pela segregação social. Como os Estudos Culturais se interessam histórica e conceitualmente pelas minorias e reconhecem o valor das diferenças, eles nos parecem ser um campo importante para acolher o que propomos sobre o autismo nesta dissertação. A complexidade do tema que pretendemos estudar também justifica a inserção desta pesquisa como uma produção acadêmico-científica interdisciplinar, cara aos Estudos Culturais, favorecendo o diálogo com diferentes saberes.

Para melhor situar nosso leitor, apresentaremos uma revisão de como se deu, historicamente, a formulação do Transtorno do Espectro Autista (TEA), articulando-o às noções de diversidade, de neurodiversidade e de singularidade. Também nos proporemos, ao longo dos capítulos desta dissertação, a aproximar a temática da neurodiversidade das particularidades de cada sujeito, ressaltadas pela psicanálise de orientação lacaniana e, aqui, nesta pesquisa, associadas aos autistas. A psicanálise de orientação lacaniana foi aqui escolhida como referência por trazer contribuições decisivas para o tratamento do autismo e por privilegiar também a diversidade na relação de cada um com seus sintomas. Por sua vez, a noção de

neurodiversidade, derivada de estudos sobre o genoma humano, destaca o quanto cada um é absolutamente único. Assim, tal noção parece-nos fazer da diversidade uma característica da própria humanidade, podendo dialogar tanto com os interesses dos Estudos Culturais quanto com a perspectiva psicanalítica a propósito do sujeito e de sua diferença.

Destacamos que o chamado Transtorno do Espectro Autista acomete aproximadamente 1% da população mundial, segundo recente pesquisa da Organização Mundial de Saúde,¹ e, apesar do muito que tem sido investigado sobre esse transtorno, ele permanece enigmático. Também os atendimentos clínicos de sujeitos autistas e seus familiares confirmam a dificuldade de se lidar com os sintomas autísticos e a necessidade de se investir em pesquisas sobre o tema. Por fim, o isolamento cada vez mais intenso de cada um com seus *gadgets* e objetos tecnológicos de consumo no mundo contemporâneo, a forte presença do individualismo e do hedonismo em nossa cultura vai nos permitir desenvolver aqui a hipótese de que há, para além dos diagnósticos específicos do Transtorno do Espectro Autista, uma espécie de generalização do autismo hoje.

Quanto aos aspectos metodológicos, o presente estudo constitui uma pesquisa bibliográfica, de revisão teórica e de caráter qualitativo. Foram selecionados artigos acadêmicos a partir de um levantamento inicial realizado acerca das publicações atuais e relevantes em sites de pesquisas acadêmicas, como o Portal de Periódicos Capes, Science Direct e EBSCO Host. Priorizamos, como poderá ser constatado nos capítulos a seguir e em nossas referências, autores considerados relevantes na área dos Estudos Culturais, na investigação sobre interdisciplinaridade e neurodiversidade, bem como estudos pioneiros realizados sobre o autismo e as formulações sobre autismo sustentadas pela psicanálise de orientação lacaniana.

Dividimos esta dissertação em três capítulos, a partir dos eixos temáticos propostos. Apresentaremos, no capítulo 1, a origem histórica dos Estudos Culturais, resgatando os aspectos relevantes de seu surgimento no contexto econômico, político e social

¹ Organização das Nações Unidas no Brasil (ONUBR), 2016. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/rejeitar-pessoas-com-autismo-e-um-desperdicio-de-potencial-humano-destacam-representantes-da-onu/>>. Acesso em: jul. 2018.

em que se encontrava a Europa. Os fundadores, ou seja, aqueles considerados pais dos Estudos Culturais, serão evocados também para se delinear a história desse campo de investigação. Esse primeiro capítulo também vai enfatizar a interdisciplinaridade como uma característica fundamental dos Estudos Culturais, servindo-se dela para justificar a proposta de nossa dissertação tematizar o autismo considerando as contribuições dos Estudos Culturais sobre as minorias, da psicanálise de orientação lacaniana e, ainda, as elaborações sobre a noção de neurodiversidade. Apresentaremos ainda, no primeiro capítulo, a relação entre os Estudos Culturais e as minorias. Consideramos a relação entre estas últimas e diversidade para justificar por que razões os Estudos Culturais poderiam incluir os autistas entre as minorias sobre as quais se realizam suas investigações e propostas acadêmico-políticas.

No capítulo 2, apresentaremos uma breve revisão histórica sobre o autismo. Para tanto, foram consideradas as contribuições de psiquiatras pioneiros no tema, como Bleuler, Asperger e Kanner. Abordaremos a formulação do diagnóstico de autismo e as discussões acerca das terminologias, das mudanças na classificação do autismo até a elaboração da noção de espectro, que, atualmente, vem se destacando. Trataremos, também, brevemente, das diferenças entre a CID-10 (décima versão do Código Internacional de Doenças) e o DSM-5 (quinta versão do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais da Associação Americana de Psiquiatria) sobre o autismo. Apresentaremos, ainda, a evolução histórica do autismo em suas dimensões social e cultural concernentes ao ativismo, considerando as representações do autismo na sociedade desde os registros dos primeiros casos até sua presença no mundo contemporâneo. Nesse contexto, a noção de neurodiversidade será uma referência a ser retomada e considerada de maneira mais detalhada.

No capítulo 3, descreveremos o Transtorno do Espectro Autista em termos dos sintomas e das características que lhe são específicos. Consideraremos, então, os referenciais psiquiátricos e psicanalíticos utilizados no diagnóstico desse transtorno. Também nesse último capítulo desta dissertação, abordaremos um caso de autismo em particular como referencial importante para nossa investigação. Para tal,

elegemos o caso de Mary Temple Grandin, por ter sido a primeira autista que escreveu uma autobiografia e registrou considerações sobre o modo como o autismo atravessa sua existência. Agregaremos a esse relato autobiográfico formulações que considerarmos mais relevantes e pertinentes da psicanálise de orientação lacaniana, visando a esclarecê-lo e melhor articulá-lo com a temática desta dissertação. Ainda no capítulo 3, abordaremos os fenômenos presentes na sociedade contemporânea que, apresentando características comuns com o autismo específico, permitem-nos tematizar uma espécie de generalização do transtorno no mundo contemporâneo. Investigaremos, então, a hipótese de que há uma tendência autística no isolamento no qual *gadgets* e aparelhos eletrônicos portáteis apreendem usuários que, colando-os a seus corpos, passam a restringir-se a seu próprio mundo virtual, abstendo-se de compartilhar o universo real do qual também fariam parte.

Almejamos, por fim, que realização deste trabalho possa contribuir para uma mudança no modo de se apreender o autismo e lidar com o sujeito autista no mundo contemporâneo, favorecendo aos autistas possibilidades de inserção social, respeito pelas diferenças e valorização da diversidade.

1 OS ESTUDOS CULTURAIS E AS MINORIAS

1.1 Contextualização histórica dos Estudos Culturais

Eagleton (2005) considera que a noção de cultura se modifica, ao longo do tempo, na medida em que ocorrem transformações no processo de evolução histórico-social. Nesse percurso, se considerarmos desde a etimologia da palavra *cultura* até seus múltiplos e mais recentes significados, encontraremos discussões filosóficas, políticas, antropológicas e sociais, bem como oposições como aquelas entre *natureza* e *civilização*, *liberdade* e *ordenamento*, *barbárie* e *sociedade*. Certamente, não se trata, nesta dissertação, de retomarmos todo esse complexo processo de evolução histórico-social a propósito do termo *cultura*. Pareceu-nos, no entanto, importante abordar, de modo breve e sempre com referência a Eagleton (2005), algumas transformações destacadas por ele.

No século XVI, o termo *cultura* se referia à prática agrícola do cultivo, remetendo-nos à atividade de cuidar daquilo que se plantava. No século XVIII, no entanto, *cultura* adquiriu mais a dimensão de um conceito, e a noção de *civilização* passou a integrar seu universo de significações. *Civilização*, nesse momento histórico, implicava o progresso das faculdades mentais, ou seja, de aquisição intelectual, como uma espécie de lapidação ou aprimoramento dos aspectos rudes e elementares do ser humano através do aprendizado de valores e princípios. Por sua vez, no século XIX, o termo cultura passou a incluir um sentido imperialista, relacionado ao movimento de colonização e civilização de povos considerados bárbaros, assumindo uma conotação de transformação social decorrente desse tipo de dominação de um povo com relação a outro. *Cultura*, desse modo, passa a ser concebida como um instrumento para melhorar as pessoas, refinando-lhes características consideradas, pelos dominadores, “incivilizadas”. No século XX, o termo *cultura* passa também a ser associado às artes, concebidas então como práticas capazes de desenvolver valores humanos na sociedade. Assim, considerava-se culto o indivíduo que tinha acesso à literatura, à música, às artes plásticas, dentre outras artes eruditas restritas a um seleto grupo da sociedade.

Interessante notar que a associação da cultura às artes eruditas data do século XX, coincidindo com o surgimento dos Estudos Culturais como disciplina ou, ainda mais precisamente, como um campo de pesquisa interdisciplinar no qual esta dissertação se insere. Cevasco (2003) afirma, tomando como referência os postulados de Williams (1957), que a investigação promovida por esse campo suscitou, desde o início, um questionamento que procurou modificar a noção vigente de cultura, passando a considerar tal termo de maneira ampla e relacionando-o, também, à produção de grupos e de classes populares, ou seja, ao que não se restringia a uma elite social. Assim, a noção de cultura adotada pelos Estudos Culturais sempre implicou uma abordagem ampliada, aproximando as chamadas “baixa” e “alta” culturas, buscando a produção de sentidos e valores que fossem compartilhados por todos e não somente por uma elite.

Modificando o conceito de cultura e tornando-o mais abrangente, os Estudos Culturais passam a considerá-lo como “um modo de vida”, exaltando sua capacidade de intervenção ativa na sociedade. Esse novo campo de investigação também vai passar a apresentar, como crítica à restrição e à fragmentação que caracterizavam o cenário das artes eruditas, a cultura como um direito de todos. A perspectiva defendida por Williams (1957), segundo Cevasco (2003), já acolhia a cultura em sua apropriação pelas massas porque concebia toda produção cultural como advinda de matérias-primas do meio que, como a própria linguagem, são “recursos da humanidade” e, portanto, “comuns”, de modo que “o direito de acesso a eles não passa pela classe social, mas pela sua abolição e sua dissolução em humanidade comum” (CEVASCO, 2003, p. 53).

Os Estudos Culturais, conforme apontam Mattelart e Neveu (2004), passaram a destacar a relação de poder existente entre cultura e sociedade, pois defendem a proposta de que a cultura das classes populares se constituía como um modo inicial de se contestar a ordem social. A compreensão da cultura como um instrumento de luta social comporta um caráter revolucionário que marca esse novo campo de investigação cujo surgimento se deu em um contexto histórico revolucionário, no qual eram almejadas transformações sociais, políticas e econômicas que pudessem democratizar as instituições culturais. Por esses aspectos revolucionários, os

Estudos Culturais reivindicam o estatuto de “antidisciplina”, questionando, segundo nos mostram Mattelart e Neveu (2004), os tradicionais enquadramentos acadêmicos. Podemos dizer, considerando as elaborações desses mesmos autores, que os Estudos Culturais, como novo modo de pensar a cultura em sua relação com a sociedade, surgiram de maneira lenta, como um processo que contou com o favorecimento das contingências históricas e o gradual amadurecimento de ideologias e teorias revolucionárias. Assim, verificamos que os Estudos Culturais permaneceram à margem do universo acadêmico até 1960, quando o cenário informal no qual se encontravam de início transformou-se significativamente graças a seu reconhecimento institucional, na Inglaterra, com a inauguração do Centre for Contemporary Cultural Studies, fundado por Richard Hoggart, na Universidade de Birmingham (MATTELART; NEVEU, 2004).

Segundo Cevalco (2003), essa mudança no cenário dos Estudos Culturais – que passou da informalidade ao estatuto de disciplina acadêmica – foi possível em função de circunstâncias históricas peculiares e relacionadas à Revolução Industrial. Promovida ao longo do final do século XVIII e de todo o século XIX e, inicialmente, na Inglaterra, essa transformação de uma produção predominantemente manufaturada para uma produção em escala industrial expandiu-se rapidamente pela Europa. Consagrou-se, então, como um movimento de modernização dos modos tradicionais de produção promovido pelo aprimoramento das máquinas e o avanço tecnológico, desencadeando transformações sociais e econômicas sem precedentes na história mundial. Como resultado desse salto industrial, registrou-se um expressivo aceleração da produção e uma considerável expansão das relações comerciais que implementaram, na Europa, uma nova fase do capitalismo – o capitalismo industrial – como uma nova ordem, conforme afirma Cevalco (2003). Essa nova ordem, de um capitalismo exacerbado, deu origem a uma sociedade industrial – que surgiu concomitantemente ao pensamento crítico que lhe veio fazer oposição. A crítica à sociedade centrada no capital ficava a cargo dos idealistas que, por sua vez, valorizavam uma democracia centrada no indivíduo e na igualdade social (CEVASCO, 2003).

Mattelart e Neveu (2004) comentam a relação da Revolução Industrial com a institucionalização dos Estudos Culturais, ressaltando que, ao movimentar a economia mundial, o processo de industrialização deslocou as classes sociais, permitindo o acesso de operários ao meio escolar. Gradativamente, esses estudantes, provenientes da classe trabalhadora, tornavam-se pesquisadores e autores. Intelectuais e acadêmicos de disciplinas tradicionais, como Literatura Inglesa, passaram a considerar as produções literárias desses recém-chegados que terminaram por conquistar algumas cadeiras nas universidades. Os temas trazidos por esses novos pensadores incluíam questões sobre o cotidiano da população, a cultura popular produzida nas comunidades e a realidade social (MATTELART; NEVEU, 2004).

O ingresso de operários na academia e a inclusão de temas populares no meio intelectual científico representam o cenário político europeu no qual a proposta de democratização da cultura, defendida pelos Estudos Culturais, encontrou ressonância. A Europa assistia, naquele momento, conforme nos mostra Cevasco (2003), ao fortalecimento da chamada New Left (Nova Esquerda) – movimento político que se opunha ao exercício crescente das práticas tipicamente capitalistas e cuja ideologia vislumbrava uma sociedade menos desigual. Embora não fosse um movimento de ocorrência específica da Inglaterra, os ideais “esquerdistas” favoráveis à igualdade promoviam o desenvolvimento da lógica da inclusão no pensamento dos intelectuais ingleses.

Esta dissertação se inscreve no âmbito dos Estudos Culturais e, portanto, pareceu-nos interessante resgatar, ainda que de maneira sucinta, o percurso da New Left, com o intuito de ressaltar seu caráter revolucionário e seus princípios democráticos como aspectos que contribuíram para o surgimento desse novo campo de pesquisa definido como Estudos Culturais.

Segundo Hall (2010), a New Left data de 1956 e representa uma resposta popular à violência que caracterizava a realidade política institucionalizada na Europa, a saber, o stalinismo e o imperialismo ocidental. Dois importantes acontecimentos propiciaram o nascimento desse movimento político de oposição à ordem vigente: a

repressão soviética bastante agressiva à Revolução Húngara e a invasão do território de Suez pela Inglaterra e França. Esses fatos históricos ocorreram de maneira sucessiva e marcaram o fim de uma era conhecida como Idade de Gelo na vida política europeia. O movimento da New Left sofreu mutações ao longo dos anos, desde seu surgimento, mantendo intactos, no entanto, seus ideais de igualdade e sua sensibilidade às necessidades dos socialmente excluídos e marginalizados. Desse modo, tal movimento atravessou gerações, fazendo oposição tanto à repressão político-social quanto à lógica capitalista focada exclusivamente nas atividades mercantis e consumistas e que deixa em segundo plano os valores humanitários (HALL, 2010). Cevasco (2003) concorda com essa abordagem de Hall (2010) e conclui que, influenciados por essa perspectiva de oposição política defendida pela New Left, os Estudos Culturais tiveram, desde o início, um particular apreço pela causa da igualdade social, elegendo, conseqüentemente, as minorias como tema de seu interesse.

Desse modo, conforme aponta Canclini (2005), os ideais de uma cultura democrática – coerentes com os ideais políticos da New Left – corroboraram a noção de cultura como lugar de reprodução social no qual seria possível contemplar as diferenças. Segundo esse autor,

A cultura é o cenário em que adquirem sentido as mudanças, a administração do poder e a luta contra o poder. Os recursos simbólicos e seus diversos modos de organização têm a ver com os modos de autorrepresentar-se e de se representar os outros nas relações de diferença e desigualdade, ou seja, nomeando ou desconhecendo, valorizando ou desqualificando. (CANCLINI, 2005, p. 46)

A sensibilidade quanto às diferenças e o interesse pelas minorias sempre estiveram na pauta dos Estudos Culturais, desde seus primórdios, inclusive porque, além do contexto histórico-social em que esse campo de investigação surgiu e se desenvolveu, tal sensibilidade e tal interesse refletem diretamente características próprias aos fundadores dos Estudos Culturais: Richard Hoggart, Raymond Williams, Edward Thompson e Stuart Hall. Esses pesquisadores são considerados os *founding fathers* (pais fundadores) dos Estudos Culturais e foram os responsáveis por introduzir o tema das diferenças culturais no meio acadêmico – tema que se aproxima da noção de diversidade que pretendemos trabalhar nesta dissertação.

Ora, certamente essa introdução não pode ser desvinculada das origens populares de Williams, Hoggard e Hall, que, por terem passado da classe operária ao universo acadêmico-intelectual, levaram, para tal universo, o despertar de uma consciência crítica acerca das diferenças sociais. A temática da desigualdade social foi, desse modo, a porta de entrada para outras diferenças que passaram a compor o repertório das elaborações teóricas desse novo campo de investigação (MATTELART; NEVEU, 2004). Por conseguinte, os Estudos Culturais legitimam, como herdeiros do legado ideológico de seus fundadores, a proposta de inclusão das diferenças, favorecendo a aceitação e a valorização da diversidade.

Nesse contexto, se, desde a origem desse campo de investigação, a segregação econômico-social era um objeto de grande interesse e debate, tal perspectiva se amplia, ao longo do tempo, para incluir outras formas de desigualdade (CEVASCO, 2003), como aquelas trazidas pelas questões femininas, raciais, de gênero e muitas outras. Foram os Estudos Culturais, portanto, os pioneiros em atribuir representatividade aos pequenos grupos no século XX: as minorias passaram a ser estudadas, conquistando um lugar, no mundo acadêmico, de respeito às suas particularidades. As consequências diretas desse reconhecimento acadêmico das temáticas das minorias pelos Estudos Culturais traduziram-se em importantes mudanças sociais, que incluem significativo aumento do interesse popular e da visibilidade midiática dada às minorias, além do início de uma conscientização por mais respeito e aceitação dos grupos excluídos e suas questões por parte da maioria da população (NORBERT, 2000).

1.2 Multiculturalismo e interdisciplinaridade

Hall (2006) diagnostica que o mundo, a partir do século XX, tem sido estruturalmente modificado no que concerne à questão das identidades culturais. Ele observa que as referências tradicionais (como as ideias de nação e localização) que balizavam a formação dos sujeitos – cujas identidades individuais e coletivas se estruturavam a partir de uma sólida noção de integração social – vêm sendo afetadas pela chamada globalização. Segundo esse autor, uma consequência desse processo de interconexão global seria o “descentramento de si mesmo”, evidenciado no sujeito

pós-moderno, que acessa facilmente outras culturas e se mantém conectado ao resto do mundo. Esse “descentramento de si mesmo” seria resultado do atual caráter fluido das referências culturais que, anteriormente, se mostravam fixas. Hall (2006) alerta que, desse novo panorama, podem surgir uma tendência à banalização das diferenças, uma espécie de desvalorização das minorias, algum modo de racismo cultural ou até mesmo crises de identidades culturais. Diante do mundo globalizado e seus desdobramentos, os Estudos Culturais adquirem ainda maior relevância, pois constituem um lugar para se tratar a questão das diferenças, por serem, desde suas primeiras elaborações, sensíveis às minorias.

A chamada *globalização* representou um conjunto de transformações econômicas, políticas e sociais no século XX, operando um maior acesso a diferentes culturas e tornando o mundo cada vez mais interligado. Esse fenômeno da globalização se processou com a expansão comercial e a abertura de fronteiras, os movimentos migratórios, as novas possibilidades tecnológicas de comunicação, entre tantos outros fatores. Uma nova forma de se conceber a identidade cultural, resultante da mistura de tradições étnicas, passou a prevalecer como realidade nesse movimento de aproximação das culturas em um mundo globalizado e tornou-se conhecida como *multiculturalismo*. Trata-se, portanto, de uma pluralidade cultural que implica um novo olhar sobre as questões sociais e convoca-nos a lidar com conflitos oriundos desse encontro entre diferenças. Tais conflitos são desafios contemporâneos que os modelos disciplinares tradicionais já não conseguem enfrentar e para os quais a interdisciplinaridade surge como uma importante ferramenta (UNESCO, 2016).

Essa nova identidade, gerada a partir do movimento de globalização e chamada de multiculturalismo, por seu caráter plural e complexo, parece ter afinidade com a proposta de intersecção de saberes da abordagem interdisciplinar e com a sensibilidade para o que aparece como alheio, exterior, mas que não deixa de fazer parte de um campo de diferenças que se interceptam, se cruzam e se tensionam. Segundo Canclini (2004, p. 128),

Num tempo de globalização, o objeto de estudo mais revelador, mais questionador das pseudocertezas etnocêntricas ou disciplinares, pode tentar agora pensar a partir do exílio. Estudar a cultura requer, então, converter-se em especialista das interseções.

Um breve apanhado histórico sobre a origem do termo interdisciplinaridade permite-nos compreender melhor essa nova forma de produzir conhecimento. Até meados século XX, as ciências foram estabelecidas de maneira segmentada e caminharam rumo à especialização. O meio científico tornou-se superespecializado e, conseqüentemente, fragmentado. Cada campo de saber desenvolveu-se isoladamente, disciplinando seus próprios métodos de pesquisa e atendendo ao modelo disciplinar estabelecido de produção de conhecimento. No entanto, novos problemas surgiram e começaram a exigir uma mudança na investigação acadêmico-científica. Assim, segundo MORIN (2000, p. 40),

Efetuaram-se progressos gigantescos nos conhecimentos no âmbito das especializações disciplinares, durante o século XX. Porém, estes progressos estão dispersos, desunidos, devido justamente à especialização que muitas vezes fragmenta os contextos, as globalidades e as complexidades.

Desse modo, questões complexas – que envolvem mais de um campo de conhecimento – passaram a demandar um diálogo entre diferentes áreas de saber para a elaboração de soluções eficazes. Neves e Neves (2006) indicam o surgimento da interdisciplinaridade, em meados do século XX, como uma possibilidade diante do que podemos chamar de crise dos paradigmas da ordem e da regularidade. Segundo esses autores, esse novo modelo de ciência da complexidade admitiria como um de seus pilares as concepções de sistemas interligados, instabilidade e flutuação. Pertinente ressaltar que essas concepções se relacionam aos efeitos da globalização e do panorama intercultural também promovidos por eles. Assim, se diferentes etnias, linguagens, costumes e sistemas éticos passam a conviver com maior proximidade, podem emergir atritos dessa relação intercultural: equívocos de interpretação e tradução, intolerância com o novo e o estranho, conflitos e mal-estar perante o alheio. Neves e Neves (2006) sugerem que a interdisciplinaridade implicaria, dentre outras possibilidades, a promoção do diálogo, favorecendo a tolerância e o respeito pelo diferente.

Diante dessa nova configuração mundial, pautada na conexão entre culturas e no intercâmbio de informações e conhecimentos, a produção tecnológica, mas também a acadêmico-científica, são convocadas a se inovar, no sentido de responder a uma

realidade mais complexa e global, posicionando-se frente à crescente e atual universalização, rompendo com o modelo disciplinar de especialização anteriormente predominante no meio acadêmico-institucional. A esse respeito,

Do ponto de vista epistemológico, os espaços vazios gerados por intervalos (*gaps*) das diversas especializações são proporcionais, em intensidade e importância, aos espaços preenchidos pelo trabalho de especialização, criando assim uma demanda na direção da interdisciplinaridade, a fim de restabelecer pontes que permitam uma compreensão geral e aprofundada dos fenômenos. (LEIS, 2011, p. 111)

A interdisciplinaridade se articula muito bem aos Estudos Culturais por constituir uma característica fundamental desse novo campo de investigação, desde seus primórdios, conforme sustentam Mattelart e Neveu (2004). Em outras palavras, os Estudos Culturais apresentam uma aposta no diálogo entre saberes diferentes que, conjuntamente e cruzados, produziram contribuições e questionamentos, soluções inovadoras e eficazes para os desafios contemporâneos, tais como os conflitos interculturais e as dificuldades práticas de inclusão social, entre várias outras questões complexas experimentadas por nós hoje em dia. Desse modo, segundo esses autores, a interdisciplinaridade surgiria como uma abordagem capaz de pensar em conjunto, recorrendo a diferentes campos de conhecimento e promovendo o diálogo entre múltiplos saberes, articulando uma variedade de sistemas de valores, signos e significações. Nesse contexto marcado pela necessidade de inovação do modelo disciplinar, situam-se também, portanto, os Estudos Culturais (MATTELART; NEVEU, 2004).

Hartley (2011) sugere que os Estudos Culturais seriam, em sua essência, interdisciplinares por resultarem de um “jogo de significantes” originado da combinação de diferentes abordagens teóricas:

O trabalho de escritores como Paul Willis [...] e de Dick Hebdige [...], ambos associados ao Centro de Estudos Culturais Contemporâneos de Birmingham, mostrava como a cultura e o estilo jovem poderiam – e deveriam – emergir como foco de crítica cultural. Esse interesse no trabalho dos jovens se coadunou com a teoria linguística de Saussure e de Derrida, acompanhado e auxiliado por iluminações vindas da área de literatura, como a de Mikhail Bakhtin [...], de Roland Barthes [...] e de Umberto Eco [...] propiciando uma justificativa teórica (ou literalmente, um pré-texto) para todo tipo de exuberância semiótica ou discursiva – o jogo de significantes se transformou em Estudos Culturais. (HARTLEY, 2011, p. 13)

A inter-relação de diferentes campos de conhecimento vem sendo realizada com sucesso no âmbito dos Estudos Culturais (PHILIPI, 2011). Afinal, para Hartley (2011), esse novo campo de investigação seria capaz de atender às necessidades e demandas produzidas no século XX como consequências da evolução tecnológica e dos avanços de recursos midiáticos que conectaram o mundo através de trocas de informação em alta velocidade. Esse novo perfil do mundo contemporâneo como multicultural, tecnológico e dinâmico parece exigir a intervenção de um campo de conhecimento integrado e, ao mesmo tempo, diverso. (HARTLEY, 2011)

Bhabha salienta que a interdisciplinaridade seria “o reconhecimento do signo emergente da diferença cultural” (BHABHA, 2014, p. 263). Segundo esse autor, o discurso da diferença cultural se constituiria, em parte, por uma linguagem intraduzível: seu caráter simbólico, apesar de se reescrever repetidas vezes, sempre o faz de maneira inédita. Desse modo, no âmbito da diferença cultural, não haveria a possibilidade hegemônica de uma presença disciplinadora ou simbólica preestabelecida. Bhabha resgata a expressão benjaminiana “estrangeiridade das línguas” para explicar essa faceta intraduzível de textos e práticas culturais que legitimam a urgente demanda pela abordagem interdisciplinar (BHABHA, 2014, p. 263).

Como exemplo dessa importância da interdisciplinaridade, tomemos o mais recente Relatório Mundial da Unesco,² segundo o qual os principais conflitos mundiais estariam relacionados a questões interculturais. Apesar de a diferença ser uma característica incontestável da humanidade – um fato da realidade –, a Unesco alerta que tais conflitos seriam o reflexo da inabilidade humana para lidar com o estrangeiro e que, para o advento da paz mundial, seria imprescindível a aceitação da diversidade:

“Relativamente à paz e à prevenção de conflitos, o reconhecimento da diversidade cultural enfatiza a ‘unidade na diversidade’, ou seja, na humanidade comum, inerente às nossas diferenças” (UNESCO, 2016, p. 31).

² Disponível em: <www.unesco.org/en/world-reports/cultural-diversity>.

Em consonância com o relatório da Unesco, parece-nos importante ainda considerar a advertência de que, “acima das culturas individuais, todos pertencemos à cultura da humanidade”. (BHABHA, 2014, p. 71)

Esta dissertação, portanto, valendo-se dos Estudos Culturais, da psicanálise de orientação lacaniana e de algumas elaborações recentes sobre a neurodiversidade (noção oriunda das neurociências), orienta-se pela interdisciplinaridade, que, como procuramos demonstrar, é também cara aos Estudos Culturais. Nesse sentido, ao pretender trabalhar nesse campo de investigação com o autismo – que, no entanto, não é aí tematizado – ela se vale também do reconhecimento, conforme demarca Bhabha (2014), do “outro lugar”, do “alheio a si mesmo” como presença cultural digna de valor e respeito. Apostamos, portanto, que o interesse dos Estudos Culturais pelo “alheio a si mesmo” e pelo “outro lugar” torna esse campo compatível com as elaborações que pretendemos fazer aqui sobre o autismo.

1.3 As minorias, os Estudos Culturais... e os autistas

A partir de um estudo etnográfico, Elias e Scotson (1965) analisaram a prática da discriminação social e, embora sua pesquisa de campo tenha sido realizada em um contexto específico, suas investigações teóricas permitiram constatar que o fenômeno da segregação das minorias podia ser comumente encontrado em diversas culturas, e que o modo como se estabeleciam as relações desiguais de poder entre os grupos tendia a ocorrer segundo determinado padrão:

[...] um grupo tem um índice de coesão mais alto do que o outro e essa interação diferencial contribui substancialmente para o seu excedente de poder; sua maior coesão permite que esse grupo reserve para seus membros as posições sociais com potencial de poder mais elevado e de outro tipo, o que vem reforçar sua coesão, e excluir dessas posições os membros dos outros grupos – o que constitui, essencialmente, o que se pretende dizer ao falar de uma figuração estabelecidos-*outsiders*. (ELIAS; SCOTSON, 1965, p. 22)

Elias e Scotson (1965) identificam alguns dos recursos mais recorrentemente utilizados pelos grupos dominantes nos processos de discriminação: atribuição de características pejorativas aos grupos minoritários, constante expressão depreciativa do valor cultural e humano dos excluídos, blindagem estratégica dos cargos e

atividades de maior relevância e visibilidade profissional e social para impedir o acesso dos grupos dominados, influência de caráter negativo sobre a formação da autoimagem individual e o enfraquecimento da aliança entre os indivíduos vulneráveis, necessária à formação de uma identidade de classe. (ELIAS; SCOTSON, 1965)

A segregação social, conforme nos mostra Bhabha (2014), marca a história da humanidade e, bem mais próximo do que encontramos hoje em dia, ela já se faz presente nas relações de dominação entre colonizadores e colonizados nos séculos XVIII e XIX, passando pelas desigualdades de classes, assim como pelas discriminações raciais e sexuais, que ganharam bastante visibilidade na década de 1990 e que se expandiram ainda mais, como é possível observar, atualmente, em vários grupos considerados hoje como vulneráveis.

Segundo Canclini (2004), o novo panorama mundial, gerado pelo fenômeno da globalização, mudou a lógica econômica vigente, que, por sua vez, determinou novas configurações culturais. No entanto, a segregação dos desviantes do padrão normativo imposto pela maioria da sociedade continua violentando a trajetória de mulheres, negros, pobres, deficientes, desconectados e tantos outros, mesmo quando toma outras configurações:

A exploração se fortalece num mundo de conexões a partir da imobilidade dos pequenos [...]. Forte é quem, antes de mais nada, consegue não ser desconectado e, por isso, acrescenta conexões. Nas relações clássicas de exploração, obtinha-se o poder graças à repartição desigual dos bens estáveis, fixados territorialmente: a propriedade da terra ou dos meios de produção numa fábrica. Agora, o capital que produz a diferença e a desigualdade é a capacidade ou a oportunidade de mover-se, manter redes interconectadas. (CANCLINI, 2004, p. 95)

Considerando que “a conexão e a desconexão com os outros são parte da nossa constituição como sujeitos individuais e coletivos” (CANCLINI, 2004, p. 31), parece-nos pertinente evocar os processos de identificação e diferenciação que, segundo Bhabha (2014), fazem parte da formação subjetiva de identidades e valores nos seres humanos. O processo de identificação consiste na transformação do sujeito ao assimilar a produção de uma imagem do “eu” que é, invariavelmente, o retorno de uma imagem do outro. Orientando-se pela semiótica e pela psicanálise para

compreender a construção da identidade e sua relação intrínseca com o outro, Bhabha (2014) pontua que, ao diferenciar-se, o indivíduo – que passou a atribuir a si mesmo, por identificação, certas características – passaria também a julgar as características que lhe são alheias. Desse julgamento, conforme o autor, teríamos a origem do movimento de discriminação e segregação das diferenças.

Bhabha (2014) tematiza a exclusão da diferença em termos de discurso, considerando tal prática como cultural e não naturalista. O discurso, segundo o autor, abarcaria, além da dimensão simbólica, o aspecto performático, ou seja, a linguagem teria o poder da enunciação, sendo capaz de definir posicionamentos e estabelecer configurações. Desse modo, os conflitos que envolvem as minorias seriam resultado dos equívocos de tradução que atravessam o enunciado. A herança do discurso colonial – pautado na relação de dominação entre colonizador e colonizado dos séculos XVIII e XIX –, marcado pela fixidez simbólica, seria responsável pela ligação entre diferenças e discriminações que embasam o discurso e a prática política de submissão racial e cultural até nossos dias.

O interesse dos Estudos Culturais pelas minorias vem promovendo uma mudança no cenário social, que, historicamente, e em âmbito global, fora marcado pela tradição da intolerância quanto à diferença:

Nessa explosiva expansão tecnológica e econômica, de repertórios culturais e ofertas de consumo, nessa crepitação de mercados e cidades, perderam-se projetos e espaços públicos, mas restam lascas e fragmentos disseminados pela explosão, retomados por movimentos sociais e culturais. [...] Os estudos culturais podem ser agora tentativas de encontrar o sentido das inscrições deixadas por esses fragmentos sobreviventes. (CANCLINI, 2004, p. 160)

Canclini (2004) aposta, então, no campo dos Estudos Culturais como decisivo para compreendermos questões relacionadas à discriminação das minorias e propor soluções capazes de incluir as diferenças. Para esse autor, no entanto, o objetivo desse novo campo de investigação não seria representar os excluídos ou dar-lhes voz, mas instigar a reflexão e a crítica acerca de como transformar essa realidade de discriminação.

Mattelart e Neveu (2004) corroboram essa ideia de que os Estudos Culturais seriam um campo de investigação privilegiado para as questões das minorias. Segundo esses autores, o contexto histórico que favoreceu a institucionalização dos Estudos Culturais como disciplina na Inglaterra promoveu também a inclusão das subculturas como temas da literatura inglesa, e essa inclusão teria sido responsável por conceder maior visibilidade a grupos antes desconsiderados, em especial aqueles marcados por diferenças de gênero e raça, que passaram a frequentar o universo acadêmico-científico. Este, como já destacamos no início deste capítulo, se tornaria, então, mais sensível às desigualdades sociais em função da presença de imigrantes como Stuart Hall, pesquisador do Centre for Contemporary Cultural Studies, de Birmingham. Após tal abertura inédita do universo acadêmico-científico a grupos e temas até então marginalizados, o interesse pelas minorias foi se difundindo progressivamente, passando a ter mesmo repercussão mundial (MATTELART; NEVEU, 2004).

Os efeitos da afiliação por parte dos Estudos Culturais aos movimentos de caráter revolucionário de minorias podem ser percebidos através da crescente adesão popular às temáticas desse campo de investigação, fortalecendo muitos excluídos, tornando pública sua posição de opressão, fazendo-os apropriar-se de um discurso. Bhabha (2014) define identidade de classe como o estabelecimento de uma autorreferência através da qual atribui-se ao discurso uma representação cultural. O autor confere tanta importância ao discurso da identidade de classe quanto à escrita acadêmica – que também figura uma forma de discurso – acerca das lutas por reconhecimento dos segregados. Para Bhabha (2014), os Estudos Culturais configuram um espaço político para se escrever a história da diversidade cultural no mundo contemporâneo.

Considerando a importância das minorias para os Estudos Culturais e sobre a qual procuramos fazer aqui uma breve apresentação, esta dissertação propõe considerar os autistas como uma minoria a ser incluída nesse campo de investigação. Os autistas, cujas questões vêm ganhando visibilidade na sociedade contemporânea, situam-se como historicamente marcados pela segregação social e, já há algum tempo, lutam, inclusive sob a forma de ativismo político, por inclusão e respeito.

Conforme sugerem Donvan e Zucker (2017), a trajetória dos autistas, ainda bastante marginalizada, envolve um interessante processo no que se refere à relação deles com o campo social. Considerando que esse campo é marcado pela organização, pela linguagem e pela produção de referências coletivas, destacamos brevemente neste capítulo, para a retomarmos mais adiante, quanto ao autismo, a elaboração – ainda polêmica e bastante criticada – de terminologias e classificações que adquiriram uma dimensão globalizada com a definição, realizada pelo DSM-5, do Transtorno do Espectro Autista (TEA): Transtorno do Neurodesenvolvimento caracterizado essencialmente pelo prejuízo persistente na comunicação social recíproca e na interação social e padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades, presentes desde o início da infância e limitantes do funcionamento diário do indivíduo (APA, 2013).

Entretanto, apesar de essa definição do TEA ter repercussão mundial, ela não implica, ao nosso ver, um acolhimento efetivo das diferenças que os autistas apresentam. Por isso, considerando também a inserção desta dissertação no âmbito dos Estudos Culturais e nosso interesse pelo modo como a psicanálise de orientação lacaniana aborda as diferenças subjetivas, é importante destacar como alguns autistas, sobretudo a partir da década de 1980, passam a se apresentar como sujeitos que falam de seu próprio autismo: o saber acerca do autismo, que era, até então, domínio de especialistas, passou a ser manifestado nas publicações autobiográficas de indivíduos diagnosticados e/ou que se apresentavam como autistas ou portadores da Síndrome de Asperger. Temos, então, uma recente e decisiva mudança: uma minoria que se manteve, por décadas, silenciada, abre uma brecha possível – e de proporções inéditas – para sua inserção sociocultural quando começa a escrever e falar sobre o que a afeta (DONVAN; ZUCKER, 2017).

Apoiando-nos, de início, em Donvan e Zucker (2017), sustentamos que, nessa produção de alguns autistas, há uma busca pela formação de uma “identidade coletiva” do tipo “os autistas”, e que isso constitui uma etapa importante na história da luta deles pelo reconhecimento social. Essa busca pode ser ilustrada pela importante repercussão obtida, no ano de 2004, por Alex Plank – um adolescente autista que criou um *website* sobre autismo, procurando por pessoas que pudessem

compartilhar com ele sua peculiar experiência de vida. O significativo número de membros que aderiram ao *website* indica um modo, ainda que virtual, de formação de comunidade – que não deixa de implicar o estabelecimento de um “conjunto de vozes” (DONVAN; ZUCKER, 2017, p. 504).

Sem dúvida, esse tipo de busca por uma identidade coletiva dos autistas por alguns deles ganha força nos movimentos sociais atuais, mas, para a psicanálise de orientação lacaniana, é ainda mais importante circunscrever a relação subjetiva de cada autista com seus sintomas, suas diferenças, seus modos de ser. Afinal, conforme veremos, sobretudo no capítulo 3 desta dissertação, testemunhos escritos por autistas permitem-nos sustentar que nem sempre a formação de uma identidade coletiva do tipo *os autistas* representa uma ajuda efetiva para o que concerne às particularidades e peculiaridades de *um* autista, embora ajude, direta ou indiretamente, cada autista, a ter maior visibilidade social e cultural.

Nesse contexto, esta dissertação pretende ainda avaliar se a noção de neurodiversidade, ao implicar, mesmo que a partir de referenciais da neurociência, a aceitação e o respeito pelo particular e pela diferença própria a cada um, poderá também nos servir como mais um instrumento para que a psicanálise de orientação lacaniana, cotejada com os Estudos Culturais, contribua para que os autistas tenham um lugar, no mundo, quanto ao modo singular que diz respeito ao “funcionamento” de cada um deles. Trabalharemos, nos próximos capítulos, nesta direção, mas, desde já, pareceu-nos importante – para destacar as diferenças dos autistas – citar Sacks (2006), no prefácio de *Thinking in Pictures*, livro de Temple Grandin, quando ele, refletindo sobre a trajetória de vida dessa autista, afirma:

E... sobre seu total atordoamento frente à mente de outras pessoas, sua inabilidade para decifrar as expressões e intenções delas, juntamente com sua determinação para, de modo científico e sistemático, estudá-las, estudar-nos em nossos comportamentos alienígenas (*alien*), [é] como se (em suas próprias palavras) ela fosse “uma antropóloga em Marte”. (SACKS, 2006, *Foreword* XV)

O estranhamento e ao mesmo tempo interesse de Temple Grandin pelo entorno que a segrega, situado nos termos acima citados, remeteu-nos a uma importante temática investigada pelos Estudos Culturais: a diáspora. Hall (2003) dedica-se à análise da diáspora negra afro-caribenha ocorrida em 1948, período histórico

conhecido como *pós-guerra*, com a imigração expressiva de civis originários do Caribe para o Reino Unido. Hall (2003) tematiza as dificuldades e os conflitos internos vividos pelos imigrantes para se inserir em uma cultura que lhes é diferente, sem, no entanto, perder suas raízes. Divididos entre sua identidade cultural original e a necessidade de adaptação a outra cultura, esses imigrantes percebem-se, sempre, como estrangeiros, por mais que se adaptem ao meio social que lhes é alheio. Observamos que se destacam, na análise de Hall (2003) sobre a diáspora, o desafio de tentar conviver e a persistência do que é estranho, estrangeiro. Notamos, ainda que em contexto bastante diferente, esse mesmo desafio na narrativa de Grandin (2006) sobre sua experiência como autista. Por isso, para que possamos abordar, com relação ao autismo, as dificuldades de inserção e, ao mesmo tempo, a importância que cada autista confere às suas diferenças, pareceu-nos pertinente articular o que se produz nos Estudos Culturais e o que passaremos a tematizar, nos capítulos a seguir, sobre o autismo.

2 AUTISMO E NEURODIVERSIDADE

2.1 Contextualização histórica do diagnóstico de autismo

O autismo vem sendo abordado pela medicina, psicologia, psicanálise, fonoaudiologia, terapia ocupacional, pedagogia, entre outros. Assim, o autista tornou-se objeto de estudo e atenção multidisciplinares, muitas vezes relacionados a intervenções provenientes de equipes compostas por profissionais de diferentes áreas. No Brasil, essa perspectiva de cuidado multiprofissional encontra-se prevista, inclusive, nos artigos 2º, III, e 3º, III b, da Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista – instituída pela Lei n. 12.764, de 2012.³

Embora essa perspectiva multidisciplinar seja, no momento atual, um avanço no cuidado ao autista, ainda é possível observar, através da prática clínica, a necessidade de se aprimorar mais o desenvolvimento de intervenções e pesquisas nesse âmbito permeado por diferentes disciplinas. A aplicação do conceito de interdisciplinaridade poderia contribuir para esse aprimoramento na medida em que propõe – como indicam Philipi e Silva (2011) –, para além da atuação conjunta de múltiplas áreas, a criação de algo novo, produzido pela interseção dos saberes, com o objetivo de obter melhores resultados que em uma atuação isolada. Essa perspectiva interessa-nos porque, apesar de contemplar a atenção de tantas áreas de conhecimento, a busca por intervenções precisas e resultados terapêuticos ainda é frustrante para muitos pacientes, pais e profissionais que lidam diretamente com o autismo. Outro aspecto importante para a prática da interdisciplinaridade é que ela se vale tanto dos aspectos individuais e subjetivos (específicos de pacientes e familiares) quanto dos aspectos sociais e coletivos (presentes nas políticas públicas que promovam a inclusão e o bem-estar). Além disso, o autismo, conforme pontua Laurent (2014), não envolve apenas aqueles que recebem tal diagnóstico ou suas

³ BRASIL. Presidência da República. **Lei n. 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e altera o § 3º do art. 98 da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12764.htm>.

famílias, mas a comunidade como um todo, e exige sua participação nos processos de desenvolvimento, adaptação e inclusão dos autistas nos espaços sociais. Desse modo, situar e favorecer um lugar possível para o autismo no mundo não deixa de ser uma ação cultural e, assim, parece-nos que esta temática de fato pode interessar aos Estudos Culturais.

Atualmente, a noção prevalente de autismo, considerando o que em geral se difunde socialmente a seu respeito, corresponde à descrição elaborada pela Associação Americana de Psiquiatria, que descreve os sintomas e define os critérios diagnósticos do Transtorno do Espectro Autista. Embora esta não seja a única referência disponível, trata-se da mais utilizada em todo o mundo, e sua quinta versão, publicada em 18 de maio de 2013, é a mais atualizada. Os critérios elencados pelo Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5) privilegiam o aspecto social como fator determinante para o diagnóstico do autismo, tendo em vista a limitada capacidade de um autista se relacionar com o outro e com o meio em que vive. Desse Manual, extraiu-se o Quadro 1,⁴ a seguir, que evoca, de maneira objetiva e completa, as principais características dos autistas:

Quadro 1 – DSM-5 – Critérios diagnósticos dos Transtornos do Espectro Autista (F84.0)

A	Deficiências persistentes na comunicação e interação social: 1. Limitação na reciprocidade social e emocional; 2. Limitação nos comportamentos de comunicação não verbal utilizados para interação social; 3. Limitação em iniciar, manter e entender relacionamentos, variando de dificuldades com adaptação de comportamento para se ajustar as diversas situações sociais.
B	Padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades, manifestados por pelo menos dois dos seguintes aspectos observados ou pela história clínica: 1. Movimentos repetitivos e estereotipados no uso de objetos ou da fala; 2. Insistência nas mesmas coisas, aderência inflexível às rotinas ou padrões ritualísticos de comportamentos verbais e não verbais; 3. Interesses restritos que são anormais na intensidade e foco; 4. Hiper ou hiporreativo a estímulos sensoriais do ambiente.
C	Os sintomas devem estar presentes nas primeiras etapas do desenvolvimento. Eles podem não estar totalmente manifestos até que a demanda social exceder suas capacidades ou podem ficar mascarados por algumas estratégias de aprendizado ao longo da vida.
D	Os sintomas causam prejuízo clinicamente significativo nas áreas social, ocupacional ou outras áreas importantes de funcionamento atual do paciente.
E	Esses distúrbios não são mais bem explicados por deficiência cognitiva ou atraso global do desenvolvimento.

⁴ Disponível em: <<https://www.psychiatry.org/psychiatrists/practice/dsm>>.

De acordo com o DSM-5, a presença, desde as primeiras fases do desenvolvimento infantil, de “deficiências persistentes na comunicação e interação social” e “padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades” define o quadro clínico de TEA. A gravidade desses sintomas pode variar, definindo o autismo como leve, moderado e grave.

A classificação do autismo como um transtorno do desenvolvimento e a adoção de sua dimensão espectral procuram contemplar os avanços considerados científicos a seu respeito e, embora estes últimos resultem de muita investigação, ainda há controvérsias, discussões e polêmicas sobre eles, conforme aponta Laurent (2014), para quem os embates que envolvem o autismo abrangem desde o campo da singularidade (como as práticas clínicas que os acolhem e a subjetividade dos autistas e de seus familiares) até o campo da coletividade (que inclui o ativismo a favor dos autistas, as mobilizações sociais, as reivindicações por políticas públicas e suas representações culturais). Não obstante, para que se chegasse a estabelecer as classificações e descrições vigentes, um longo caminho fora percorrido no que Laurent (2014) pertinentemente denominou “a batalha do autismo”.

Mas, ainda que os critérios especificados pelo DSM-5 corroborem e ao mesmo tempo se valham de uma versão mais atual que se tem do autismo, é importante considerarmos, aqui, um percurso histórico a seu respeito, resultado das evoluções do conhecimento sobre os sintomas, os critérios diagnósticos e as representações sociais atreladas ao transtorno ao longo do tempo. Nesse contexto, é fundamental nos valermos de Donvan e Zucker (2017, p. 13), que sustentam que

A história do autismo é na verdade muitas histórias escritas em diversos continentes e sobrepostas no tempo, e retornando em círculos umas sobre as outras, que podem tornar o enredo difícil de contar e nem sempre fácil de acompanhar. As ideias se influenciam e inspiram mutuamente, personagens importantes fazem uma ponta nas histórias dos demais, e tramas inteiras se desdobram em ritmos diferentes a milhares de quilômetros de distância. Mas foi simplesmente assim que aconteceu. Desse modo, a história do autismo se parece com o próprio autismo. Ambos desafiam qualquer tipo de narrativa simples, retilínea.

Traçar essa espécie de panorama histórico do autismo permitir-nos-á apresentar, com riqueza de detalhes, nosso objeto de estudo e situar, com mais precisão, a

complexidade de nossa pesquisa. Para a exposição dos dados levantados nesta etapa da pesquisa, optamos pelo estabelecimento de uma narrativa em ordem cronológica, com o objetivo de facilitar a compreensão das mudanças paradigmáticas e dos avanços científicos e políticos envolvidos nesse processo.

2.1.1 Eugene Bleuler

Conforme pesquisa realizada por Donvan e Zucker (2017), os primeiros registros sobre o termo autismo remetem-nos a 1910, ano em que a expressão “pensamento autístico” foi cunhada pelo psiquiatra suíço Eugene Bleuler. A palavra *auto*, de origem grega, significa *sozinho*. Segundo Bleuler, em uma certa medida, o pensamento autístico estaria normalmente presente em todas as pessoas, fornecendo a base essencial das brincadeiras fantasiosas da infância e também dos sonhos. No entanto, em situações de desequilíbrio, esse tipo de pensamento constituiria uma característica sintomática da esquizofrenia, definida como uma patológica “fuga da realidade”, na qual a interação social estaria drasticamente comprometida, e o vínculo afetivo com as pessoas e o meio seria praticamente nulo. Bleuler observava, no grupo de pacientes esquizofrênicos que vinha investigando, padrões de raciocínio bastante peculiares e que lhe despertaram especial interesse.

Maleval (2017) ressalta que, em 1910, a esquizofrenia consistia na principal referência dos estudos sobre as doenças mentais infantis, o que marcou fortemente a associação dessa patologia ao autismo. Esse autor destaca, ainda, que a inexistência de uma psicologia da criança mais satisfatória contribuía, no século XIX, para que se mantivesse incompreendido o universo infantil na clínica psiquiátrica. Desse modo, o diagnóstico de idiotia foi predominante até que a psicologia da criança se apresentasse de maneira mais consistente, permitindo que a concepção de loucura infantil pudesse surgir no início do século XX.

Nesse contexto, conforme precisa Maleval (2017), a psicanálise marcou sua presença pela influência de Sigmund Freud – com quem Bleuler mantinha uma frequente troca de correspondências, nas quais discutiam sobre suas investigações. Essa influência psicanalítica evidencia-se na afirmação de Bleuler de que haveria

uma equivalência entre o autismo e o conceito de *autoerotismo*, criado por seu colega e correspondente Freud. Porém, detendo-se nas nuances específicas do autismo e do autoerotismo, Laia (2018) elucida que Freud considera a pulsão sexual como determinante do autoerotismo, enquanto Bleuler afirma que o autismo não se deduz da sexualidade. Daí, conforme Laia (2018) demonstra em sua investigação, a decisão de Bleuler quanto a retirar do termo autoerotismo a referência ao eros, ou seja, à sexualidade, e passar a adotar apenas o termo autismo, mas ainda sem que este último seja um diagnóstico. Assim, em Bleuler, segundo Laia (2018), o autismo é uma característica da esquizofrenia ou, de modo mais geral, refere-se à tendência humana a fantasias que só fazem sentido de modo mais isolado, solitário.

2.1.2 Hans Asperger

Silberman (2015) considera que, em 1938, o pediatra austríaco Hans Asperger realizou a primeira palestra sobre autismo, na qual empregou o termo no sentido atual. Endereçando-se aos ouvintes presentes no renomado Hospital da Universidade de Viena, anunciou ter identificado, em sua prática clínica com crianças, uma síndrome nunca antes descrita e que se apresenta na forma de

[...] um transtorno básico que se manifesta de forma bastante clara no corpo, nos fenômenos de expressão, no comportamento como um todo [...]; mesmo que em muitos casos o fracasso em relação à convivência social esteja em primeiro plano, em outros casos este é compensado através de especial originalidade do pensamento e da vivência, o que muitas vezes leva a um êxito acentuado na vida futura. (ASPERGER, 1944, p. 322)

Designando essa “anomalia” – termo correntemente utilizado naquela época – como *psicopatia autista*, Asperger (1944) utiliza a terminologia adotada por Bleuler quando este descrevia os esquizofrênicos em sua tendência para evitar a realidade externa, isolando-se socialmente. Mas ele enfatiza, em seus registros, a atenção dispensada, durante sua pesquisa, ao diagnóstico-diferencial, confirma a disparidade existente entre a personalidade dos autistas, separando-os do grupo dos psicóticos, e nega firmemente a possibilidade de um processo, ou seja, da transição do autismo para uma psicose (ASPERGER, 1944).

Asperger trabalhou em parceria com o psicólogo Anne Weiss, aplicando as técnicas de observações-diagnósticas propostas pelo médico e professor infantil Erwin Lazar – que sugeria um olhar particularizado para cada paciente, além de dar ênfase às habilidades inatas e não às deficiências das crianças. As práticas terapêuticas utilizadas por Weiss, segundo Silberman (2015), incluíam os modelos criados por psicanalistas como Anna Freud e Melanie Klein, de atividades lúdicas e interpretações baseadas na psicanálise freudiana. Podemos então dizer que o referencial psicanalítico incide sobre Asperger inclusive porque ele viveu, como Freud, em Viena, e essa cidade, sobretudo no início do século XX, tinha forte marca freudiana (SILBERMAN, 2015).

Outra referência que atravessa as considerações de Asperger é proveniente da genética: sem o respaldo do conhecimento geneticista e pautando-se exclusivamente por suas análises empíricas, Asperger (1944) sugeriu que o autismo seria transmitido através da hereditariedade. Essa transmissão hereditária resultaria de uma determinação poligenética. Segundo seus relatos de dez anos de observação de mais de 200 crianças, “em *todos* os casos nos quais foi possível conhecer melhor os pais ou parentes, pudemos constatar traços psicopáticos na ascendência familiar do indivíduo” (ASPERGER, 1944, p. 719. Grifo do autor).

A psicopatia autista, para Asperger (1944), seria, em relação ao gênero, uma variante exclusiva da inteligência masculina. No entanto, ele próprio aponta, sobre esse aspecto, uma contradição que não pôde esclarecer: embora não tivesse conhecido nenhuma menina dentro dessa psicopatia, afirmou ter identificado “várias mães de crianças autistas que apresentavam um comportamento claramente autista” (ASPERGER, 1944, p. 720).

Outro aspecto fundamental das observações de Asperger (1944) sobre o autismo refere-se à variedade de níveis de personalidade. Tais variações – que contemplam desde o “mentecapto grave” até o “gênio mais original” – seriam evidenciadas na comparação de um autista com outro, mas também ocorreriam ao longo da vida de um sujeito autista. Nesse contexto, Asperger (1944) explica que as dificuldades de adaptação ao meio, tão presentes na infância, poderiam ser, em alguma medida, e

em certos casos, superadas até a fase adulta. Além dessas nuances, esse pediatra esclareceu que, diferentemente da esquizofrenia, essa nova psicopatia apresentava um desenvolvimento constante, mantendo uma certa permanência ao longo dos anos, sem rupturas ou alterações drásticas de comportamento.

Essas formulações de Asperger foram publicadas em 1944. No entanto, apenas 40 anos mais tarde – quando a psiquiatra inglesa Lorna Wing publicou o trabalho intitulado *Asperger's Syndrome: A Clinical Account* – os achados de Asperger passaram a ser divulgados e cada vez mais considerados no meio científico, levando ao reconhecimento da “psicopatia autista” como “síndrome de Asperger” (MALEVAL, 2017).

Donvan e Zucker (2017) ressaltam que Asperger teria apresentado uma visão inovadora acerca dos doentes mentais, ao humanizar seu olhar buscando identificar habilidades e potenciais, ao invés de, como faziam a medicina e a sociedade de sua época, enfatizar limitações e incapacidades. Exaltando os aspectos positivos dos pacientes, Asperger conseguiu conscientizar alguns pais e familiares quanto às possibilidades de desenvolvimento dos doentes mentais e, mencionando alguns gênios das ciências e das artes, como Newton e Beethoven, chamou a atenção para as importantes contribuições dessas pessoas altamente inteligentes e diferenciadas.

Algumas afirmações favoráveis a Asperger o situam como um defensor dos deficientes mentais durante a Segunda Guerra Mundial, conforme relatam Donvan e Zucker (2017). Segundo essas afirmações, proferidas por colegas de trabalho e por sua própria filha, Asperger teria sido contrário aos ideais de eugenia que,

derivada de uma combinação de outras ciências relativamente novas como a antropologia, a zoologia, a genética e a psicometria – abriu a possibilidade de purgar a podridão e a impureza da linhagem da humanidade. (DONVAN; ZUCKER, 2017, p. 36)

Os argumentos em defesa de Asperger – de que teria contribuído para minimizar a intolerância aos doentes, enfatizando que as diferenças não significavam uma anomalia e, tampouco, uma inferioridade – seriam baseados na interpretação do artigo que publicara em 1944. Porém, seu altruísmo se desmente por argumentos que o acusam de ser adepto aos ideais nazistas de seleção e purificação da raça

humana. Tais acusações seriam baseadas em suas próprias palavras, como a “declaração de amor à Áustria recém-nazificada”, durante seu conhecido discurso sobre autismo, em 1938 (DONVAN; ZUCKER, 2017, p. 338). Ainda segundo esses autores, outras manifestações públicas de Asperger indicariam que, trabalhando no Hospital de Viena, onde a política de Hitler dominava, este teria se tornado um instrumento do Terceiro Reich. Nesse contexto, para além do posicionamento político de Asperger, pareceu-nos relevante apreender o caráter negativo da representação cultural dos doentes mentais e o lugar social degradante que ocupavam nesse momento da história. No que se refere, especificamente, ao autismo, pareceu-nos possível extrair desse cenário uma compreensão acerca do longo caminho que seria necessário percorrer em busca de tolerância e respeito.

2.1.3 Leo Kanner

Gardia (2004) assinala que os registros históricos creditam ao psiquiatra Leo Kanner uma importante contribuição ao legado do autismo, publicada em 1943. Na ocasião, Kanner divulgou sua descrição do transtorno – a partir do relato clínico de 11 crianças – definindo o autismo como uma síndrome específica à qual chamou Distúrbio Autístico do Contato Afetivo. Segundo Kanner (1943), um dos traços marcantes do distúrbio seria sua incidência precoce, ou seja, sua manifestação desde o nascimento até os 3 anos de idade. Em razão dessa descrição, a terminologia *autismo precoce* também fora utilizada para designar o distúrbio.

Kanner (1943) descreveu o autismo como uma síndrome isolada, nunca antes identificada e cujo diagnóstico pode ter sido, antes, equivocadamente atribuído a oligofrenia ou a outros tipos de psicose infantil. Alguns dos aspectos marcantes dessa síndrome, segundo esse psiquiatra, seriam a preferência pela solidão ou isolamento e a obsessão ansiosa da permanência ou necessidade extrema de mesmice. Nos casos relatados por Kanner (1943), de crianças com Distúrbio Autístico do Contato Afetivo, evidenciam-se o fracasso da atitude antecipatória quando vão ser pegas no colo; problemas na alimentação, na utilização da linguagem, no contato físico, na relação com pessoas; hipersensibilidade a ruídos; manias, rituais e gestos estereotipados; muito boa capacidade de memorização;

interesse em áreas específicas; acessos de raiva e agressividade destrutiva; tendência à literalidade e inflexibilidade; atividades espontâneas e intuitivas bastante limitadas; não endereçamento do olhar para o outro.

Um aspecto característico dos pais dos pacientes foi observado e descrito por Kanner (1943, p. 170) nos seguintes termos:

Em todo o grupo, raros são os pais e mães realmente calorosos. Na maioria dos casos, os pais, avós e colaterais são pessoas muito preocupadas com coisas abstratas, sejam elas de natureza científica, literária ou artística, e limitadas no interesse autêntico que têm para as pessoas.

Segundo Donvan e Zucker (2017), Kanner teria desenvolvido mais detalhadamente essa temática em um artigo de 1949, no qual apontava o frio comportamento das mães como a provável causa do autismo. Nessa publicação, o psiquiatra acusaria os pais de não serem capazes de amar seus filhos como eles eram e, por esse motivo, exigirem deles adequação comportamental. O isolamento autístico adviria como uma resposta à reprovação parental. Essa elaboração teve significativo impacto cultural, provocando intensa reação popular contrária. Kanner teria renunciado, desta forma, uma expressão que se tornou bastante conhecida no campo do autismo: a “mãe geladeira”, que pode ser mencionada como um marco na história do autismo, em torno do qual se manifestou muita polêmica. Corroborando essa ideia, o psiquiatra Bruno Bettelheim publicou, em 1967, *A fortaleza vazia* – livro que não deixa de relacionar o autismo com traumas infantis causados pelas mães. Somente em 1969 Kanner realizaria um discurso isentando os pais da responsabilidade pelo distúrbio dos filhos, desculpando-se publicamente por havê-los culpado e ridicularizando firmemente Bettelheim. Nesse conflito, destacou-se também uma publicação anterior de Bernard Rimland, psicólogo e pai de autista, que, em 1964, contestava veementemente a teoria da mãe geladeira (DONVAN; ZUCKER, 2017).

Embora as práticas de Bettelheim tenham sido contestadas e suas teorias marginalizadas no campo freudiano daquela década, Maleval (2017) critica uma associação equivocada comumente feita, ainda na atualidade, entre a ideia da mãe geladeira e a psicanálise. A repercussão da expressão mãe geladeira parece-nos indicar que o autismo vinha ganhando espaço no senso comum, deixando de se referir a uma patologia completamente desconhecida: a população passava a se

apropriar de algum saber sobre os autistas e podia se posicionar contrária ao que era sustentado por uma perspectiva de cunho mais profissional.

Donvan e Zucker (2017) relatam que Kanner tornara-se, durante a década de 1930, uma autoridade médica bastante reconhecida em todo o mundo. Autor do primeiro manual de psiquiatria infantil, publicado em 1935 e tomado como referência durante muitos anos, o trabalho Kanner pôde exercer forte influência nas práticas médicas daquele tempo, e seus estudos consagraram-se como teorias fundamentais na história do autismo.

Os ideais nazistas de purificação da raça humana consideravam os distúrbios mentais como uma ameaça comprometedora da superioridade que almejavam alcançar. Coerente com esses ideais, os autistas estariam condenados à morte pelo Terceiro Reich. No entanto, valendo-se do prestígio social e profissional que lhe eram atribuídos, Kanner teria interferido em prol de seus pacientes e de tantas outras crianças, durante a Segunda Guerra Mundial, ao proclamar que o autismo não se apresentava novo para a humanidade e que seria uma variante de ser humano. Nesse contexto, conforme apontam Donvan e Zucker (2017), o psiquiatra vienense teria demonstrado sua consciência humanitária explicitando sua confiança no potencial dos autistas e reconhecendo, em alguns casos, habilidades especiais e capacidades intelectuais bem desenvolvidas. A exemplo dessa postura altruísta, Kanner teria denunciado publicamente as práticas ilegais e o tratamento indigno dispensado aos pacientes do Asilo de Débeis Mentais de Baltimore. Porém, algumas evidências revelam-se contrárias à boa imagem do psiquiatra, sugerindo posturas condizentes com os propósitos de Hitler. A esse respeito, Donvan e Zucker (2017) pontuam que havia, naquela época, nos hospitais psiquiátricos, segregação por raça, e isso jamais foi questionado por Kanner. Ainda segundo os autores, Kanner teria descrito a esterilização forçada como um “procedimento desejável” nos casos de pessoas intelectualmente prejudicadas. Deste modo, conhecido pelo seu interesse em manter uma boa reputação, Kanner teria escolhido o “lado certo da história”, que, naquele momento, parecia ser o do nazismo (DONVAN; ZUCKER, 2017).

Pareceu-nos pertinente mencionar as questões políticas que permeiam a trajetória de Kanner, do mesmo modo como fizemos com Asperger, em função do caráter histórico então subjacente às suas práticas e às suas formulações terapêutico-científicas. Esta passagem explicita o crítico cenário dos transtornos mentais e sua representação cultural nas primeiras décadas do século XX. Diante da proximidade das datas e dos temas trabalhados por Asperger e Kanner, Gardia (2004) ressalta que, embora ambos fossem austríacos e contemporâneos, não houve contato direto entre eles. Esse desconhecimento mútuo teria ocorrido, possivelmente, em função do conturbado momento histórico que se impunha à Europa em plena Segunda Guerra Mundial. A ferrenha perseguição nazista aos judeus levou muitos deles a deixar suas cidades de origem e se mudar, em busca de segurança. Silberman (2015) esclarece que, enquanto Kanner atravessou o oceano para se estabelecer em Nova York e trabalhou no sentido de relacionar-se com pessoas renomadas e tornar-se conhecido no meio científico, Asperger permaneceu em Viena por toda a vida, e seu legado manteve-se restrito aos limites da Áustria e da Alemanha.

2.1.4 As décadas de 1950 e 1960

Donvan e Zucker (2017) relatam que as décadas de 1950 e 1960 testemunharam numerosas investigações e tentativas de obtenção de avanços no tratamento do autismo. Em 1959, alguns cientistas ministraram LSD a crianças autistas com o objetivo de induzir nelas reações como o estímulo da fala. Esses experimentos foram realizados em condições inadequadas em termos de validação procedimental e de resoluções éticas formais. Tendo sido malsucedidos em seus resultados, eles não prosseguiram. Em 1963, Londres sediou o início de estudos fortemente voltados para a busca da origem biológica do autismo. Tais estudos foram desenvolvidos pela dupla de psicólogos experimentais Beate Hermelin e Neil O'Connor que propunham aplicar testes e levantar dados. Em 1964, o psicólogo Lovaas inaugurou suas práticas de Análise Comportamental Aplicada (Applied Behavior Analysis, ABA) – técnica criada por um grupo de psicólogos de Washington, em 1950. Lovaas utilizava choques elétricos para tentar alterar o comportamento de autistas severamente comprometidos (DONVAN; ZUCKER, 2017).

Laurent (2014) afirma a relevância dos estudos sobre autismo de Rosine e Robert Lefort, cujas contribuições se iniciam no final da década de 1950, estendendo-se até o início do século XXI. Os Lefort teriam sido “pioneiros na aplicação da psicanálise aos casos de autismo e de psicose grave na criança depois da Segunda Guerra Mundial” (LAURENT, 2014, p. 36). Lefort e Lefort (2017) explicam, detalhadamente, o que marca a distinção do autismo quando comparado à esquizofrenia e a outras psicoses, no que se refere à ausência do Outro, à sua relação peculiar com o objeto, ao seu circuito pulsional diferenciado. Eles sugerem que o autismo seja delimitado como uma estrutura, em função de sua relação com a palavra e a linguagem. Desse modo, esses autores propõem que a estrutura autística seja um quarto elemento no campo das grandes estruturas psíquicas, juntamente com a neurose, a psicose e a perversão (LEFORT; LEFORT, 2017). Embora representem importantes referências, por suas elaborações, para a compreensão do autismo, pareceu-nos curioso o fato de Rosine e Robert Lefort não serem considerados nas obras dos norte-americanos Donvan e Zucker (2017) e Silberman (2015).

Quanto aos aspectos sociais e relativos à representação cultural do autismo, convém destacar o surgimento do ativismo político dos pais e das instituições que passaram a se mobilizar em busca dos direitos dos autistas. Esse movimento teve início na Grã-Bretanha, em 1962, com a fundação da entidade que se tornaria a primeira organização do autismo. Nos Estados Unidos, em 1964, a americana Ruth Sullivan, uma das fundadoras da Autism Society of America, manifestou sua militância ao reunir algumas mães de autistas em uma campanha pelo direito à educação pública especial. Em 1965, nesse mesmo país, foi inaugurada a Sociedade Nacional para Crianças Autistas (DONVAN; ZUCKER, 2017).

Uma análise acerca dessas mobilizações sociais promovidas durante a década de 1960 poderia, ao nosso ver, apontar para uma mudança na representação cultural do autista. Este se deslocou, com o passar dos anos, do lugar inferior que a sociedade lhe outorgava (através de termos depreciativos como “idiota”, “indesejado” ou “erro da natureza”) para um lugar um pouco mais digno, respeitoso e humano.

Em 1966, na Universidade da Carolina do Norte, nos Estados Unidos, os psicólogos Eric Schopler e Robert Reichler criaram o programa que, posteriormente, estabeleceu o TEACCH (Treatment and Education of Autistic and Related Communication Handcapped Children). Segundo Donvan e Zucker (2017), esse programa tornar-se-ia bastante influente e seria generalizadamente empregado na educação de crianças autistas a partir de 1971, com a aprovação da lei para o seu financiamento, obtida graças ao ativismo de algumas mães. Maleval (2017) considera que tal programa seja um reflexo da mudança de denominação do DSM-III-R, que, definido como “transtorno invasivo do desenvolvimento”, ajudou a melhorar o que havia de negativo na imagem do autismo, deslocando-o da psiquiatria para a área educacional. Esse programa incluía os pais, devendo ser aplicado também em casa. Maleval (2017) menciona que o TEACCH empregava técnicas para manter as crianças concentradas e interagindo com outras crianças, por meio da estimulação de suas habilidades visuais.

2.1.5 As décadas de 1970 e 1980

A década de 1970 da “batalha do autismo” seria marcada, principalmente, pelos nomes de Lorna Wing e Tom Gilhool, bem como pela aprovação, em 1975, nos Estados Unidos da América, da lei federal para a educação de deficientes. A psiquiatra e mãe de autista Lorna Wing publicou, em 1971, o primeiro livro destinado a orientar pais sobre os desafios da criação de filhos autistas. Quando, mais adiante, formos delinear algumas atualidades sobre o autismo, retornaremos às contribuições de Wing, porque elas já apresentam a diversidade do autismo na forma de um “espectro”, e essa dimensão espectral tem tido grande destaque em nossos dias (DONVAN; ZUCKER, 2017).

Em se tratando de um apanhado histórico, a década de 1980 pareceu-nos especialmente importante para o autismo. Laurent (2014) assinala que é justamente nessa década que temos o ingresso do autismo, pela primeira vez, no DSM (Manual Diagnóstico e Estatístico dos Transtornos Mentais). As polêmicas que envolvem o DSM e seus efeitos sobre os autistas tiveram início em 1980, mantendo-se

presentes até a atualidade. Pretendemos, mais adiante, desenvolver detalhadamente essa discussão, quando abordarmos a atual versão do DSM.

Em 1980, conforme anuncia Maleval (2017), Rosemary Crossley criou um método de comunicação facilitada, que possibilitou, por meio da tecnologia digital, a comunicação de alguns doentes mentais cujas funções de linguagem mantinham-se severamente comprometidas. Pelo uso direto do computador e sem a imposição de um outro, com seu olhar invasivo e sua presença impossível de prever e controlar, alguns autistas se beneficiaram do método. O uso da comunicação facilitada lhes permitiu, pela primeira vez, a expressão de seu universo particular, indicando ao mundo seus esforços para se comunicar e mostrando suas capacidades cognitivas, angústias e frustrações. A riqueza de subjetividade evidenciada nos depoimentos dos autistas, com esse novo método, fortaleceu a ideia de Asperger sobre a diferença entre essa síndrome específica e a esquizofrenia. Certamente, conforme sugere Maleval (2017), essa diferenciação representou um importante progresso na história do autismo. Os relatos autobiográficos dos autistas que puderam se expressar pelo uso desse recurso constituem as vigas estruturais na construção moderna do conhecimento sobre o autismo e as possibilidades de intervenções terapêuticas adequadas.

Maleval (2017) localiza, em 1985, importante estudo sobre a “teoria da mente”, elaborado pelos psicólogos Simon Baron-Cohen, Alan Leslie e Uta Frith. Segundo ele,

Esses autores partem da constatação segundo a qual todos nós dispomos de uma capacidade de interpretar o que os outros fazem; e, às vezes, de prever o que farão em seguida. Toda pessoa é capaz de se colocar no lugar do outro para compreender como ele age. É essa faculdade de empatia que faltaria às crianças autistas. (MALEVAL, 2017, p. 64)

A “teoria da mente” contribuiu para o esclarecimento do comportamento dos autistas, porém, no ano seguinte, um livro viria revolucionar a história desse transtorno. Em 1986, após o sucesso de seu depoimento em um evento público sobre autismo, Mary Temple Grandin,⁵ uma norte-americana autista, lançou sua autobiografia. Segundo Maleval (2017), foi o primeiro relato publicado sobre o tema do ponto de vista do próprio sujeito autista. Grandin surge, assim, como

⁵ Veja-se o Temple Grandin's Official Autism Website. Disponível em: <www.templegrandin.com>.

representante pioneira da voz dos autistas – o que mudou radicalmente a maneira de se compreender o transtorno, permitindo ao mundo algum acesso ao universo fechado e misterioso desses sujeitos, que permaneceram, por tanto tempo, calados (MALEVAL, 2017). O valor científico e cultural do testemunho de Grandin, escrito ou transmitido em palestra, pode ser apreendido nas palavras de Silberman (2015, p. 425):

Recontando a história de sua vida para o público de profissionais em Chapel Hill, de sua maneira inimitável e dura de falar, Grandin lançou mais luz sobre a realidade do cotidiano do autismo do que décadas de observação clínica e especulação tinha conseguido produzir.

Pelo pioneirismo e relevância de seu relato, decidimos privilegiar, nesta dissertação, a história de vida dessa autista, embora reconheçamos também a importância de muitos outros⁶ para a construção de um saber acerca do autismo. Em seu livro, Grandin (1986) narra sua trajetória de vida: a infância, marcada pelo desinteresse pelas pessoas e muitos outros aspectos que tornaram sua juventude um fardo; a fase adulta, em que alcançou sucesso profissional e reconhecimento social, empregando de maneira original e profícua suas tendências aspergerianas, como inteligência acima da média, boa capacidade cognitiva e memória privilegiada. Temple Grandin será foco de nossa discussão no capítulo 3 desta dissertação.

Quanto ao interesse popular pelo autismo, podemos localizar sua intensificação após o lançamento do filme *Rain Man*, que, em 1988, contribuiu para a divulgação desse tema. O efeito desse filme na história do autismo deve ser considerado. Silberman (2015) dedica-lhe um capítulo – *The Rain Man Effect* – em seu livro:

⁶ Os depoimentos de outros autistas, como Donna Williams (*Nobody Nowhere*, 2000), Daniel Tammet (*Born on a Blue Day*, 2006) e John Elder Robinson (*Look Me in the Eyes*, 2007) foram cuidadosamente analisadas no Projeto de Pesquisa *Dimensões do autismo: diagnóstico, tratamento e marca humana* (2016-2018), coordenado por Sérgio Laia, em desenvolvimento pelo Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Autismo (Gepa) da Universidade Fumec (Fundação Mineira de Educação e Cultura), em parceria com pesquisadores docentes de outras universidades nacionais e internacionais. Esse projeto conta com o financiamento e bolsas de pesquisas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), da Fundação de Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig) e do Programa de Pesquisa e Iniciação Científica (ProPIC) da Universidade Fumec. As investigações acerca dos testemunhos dos autistas realizadas nesse Projeto de Pesquisa – do qual participo como voluntária – serviu-nos como base para a eleição dos relatos de Temple Grandin como um caso de autismo específico.

Ao colocar uma pessoa autista na tela, os realizadores do filme tornaram inúmeras outras visíveis – para os seus entes queridos, para os seus vizinhos, professores e médicos, e para si mesmos. [...] audiências abraçaram o filme, que chegou a um faturamento bruto de \$355 milhões no mundo todo, tornando-se um dos lançamentos de Hollywood de maior sucesso financeiro de todos os tempos. [...] No ano anterior ao lançamento do filme, menos de 100 histórias sobre autismo haviam sido publicadas em grandes jornais dos estados unidos. No ano seguinte esse número quadriplicou. E jamais tornou a declinar novamente. (SILBERMAN, 2015, p. 378)

Parece-nos que o cinema, como poderoso recurso midiático de comunicação e informação, possibilitou a divulgação, em âmbito mundial, de temas como o autismo. Desse modo, compreendemos que abordagens como a do filme *Rain Man* contribuiriam para o processo de conscientização da sociedade, ajudando a diminuir preconceitos e garantindo mais respeito às diferenças.

2.1.6 A década de 1990

Os movimentos sociais em prol das pessoas com autismo ganham força na década de 1990, com a fundação de organizações como a National Alliance for Autism Research (NAAR), a Defeat Autism Now! (DAN) e a Cure Autism Now (CAN). Essas entidades, lideradas, em sua maioria, por pais de autistas, vieram reivindicar juridicamente a garantia de direitos, angariar fundos e financiar pesquisas genéticas e anatômicas sobre o transtorno, oferecer atendimentos especializados em diversas áreas profissionais e promover tratamentos não convencionais para seus filhos. Atendendo às exigências dessa população, e de maneira inédita, em 1990, nos Estados Unidos, o autismo foi classificado como uma deficiência, beneficiando as crianças autistas que, ao serem incluídas em tal categoria, passaram a receber o subsídio federal destinado à educação pública previsto na legislação do país (DONVAN; ZUCKER, 2017).

Em 1993, uma nova filosofia, proposta pelo militante Jim Sinclair, aponta na linha do tempo da história do autismo. Contrário à ideia de cura, Sinclair inicia um movimento de autodefesa dos autistas, argumentando a favor das diferenças, em um prenúncio da noção de neurodiversidade, prestes a surgir (DONVAN; ZUCKER, 2017).

Em 1994, o transtorno de Asperger foi incluído na quarta versão do DSM pela Associação Americana de Psiquiatria. Conforme relatam Donvan e Zucker (2017), essa decisão do comitê responsável pela revisão e publicação do documento provocou questionamentos quanto à utilidade do conceito, à falta de objetividade do processo diagnóstico e à variedade dos sintomas definidos como critérios de classificação. A síndrome de Asperger, tal como descrita no DSM-4, falhava por ser excessivamente vaga e, “do ponto de vista científico, ela constituía uma disfunção diagnóstica” (DONVAN; ZUCKER, 2017, p. 527). O DSM-4 apresentou, ainda, outra alteração contundente, adotando a nomenclatura Transtorno do Espectro Autista.

Conforme recapitulou Laurent (2014), esse critério mais abrangente de classificação resultou no aparecimento de um número alarmante de sujeitos diagnosticados como autistas por todo o mundo. As estatísticas despertaram a curiosidade da população, que externou questionamentos e revelou receios acerca de uma possível “epidemia de autismo”. No entanto, Laurent (2014) explica que o número crescente de diagnósticos de autismo resultou da nova possibilidade de diferenciação – e até de uma certa tendência momentânea de predileção – dessa patologia, em relação às psicoses infantis. Ou seja, alguns diagnósticos de esquizofrenia, retardo mental e não especificados passaram a ser enquadrados na categoria do espectro, contribuindo para elevar as estatísticas e gerar essa pseudoepidemia.

Em 1998, elegeu-se como suspeita responsável pela “epidemia” de autismo que preocupava o mundo a vacina tríplice MMR, que, aplicada em uma única injeção, visava a prevenir as crianças contra caxumba, rubéola e sarampo. De cunho absolutamente especulativo, essa hipótese do gastroenterologista Andrew Wakefield, publicada em uma respeitada revista de medicina, gerou dúvidas quanto à segurança da vacina e provocou protestos de resistência à MMR por parte dos pais, que se opunham ao sistema de imunização obrigatório mantido pelas entidades de saúde pública e exigiam estudos mais consistentes sobre essa relação causal (DONVAN; ZUCKER, 2017). No próximo item, veremos como se concluiu essa querela sobre o levantamento de relações entre a vacina tríplice MMR e o autismo.

Em 1996, Judy Singer cria o termo *neurodiversidade* e inaugura uma discussão em torno desse conceito que propõe uma reavaliação dos modos tradicionais de representação cultural das diferenças. Socióloga e autista, a australiana Singer, autorizada por seu próprio diagnóstico e seu conhecimento teórico, sugere a construção de um novo olhar a partir de uma perspectiva capaz de compreender as peculiaridades dos sujeitos autistas como variações humanas normais. A presente pesquisa, no próximo item deste capítulo 2, vai se dedicar ao desenvolvimento do tema neurodiversidade, suas origens e implicações.

2.1.7 De 2000 a 2010

A primeira década do novo milênio é marcada pela divulgação dos resultados de diversas pesquisas científicas de análise quantitativa e qualitativa das substâncias que compõem a vacina MMR. Desenvolvidas sob a responsabilidade de autoridades governamentais de saúde dos Estados Unidos, essas pesquisas tiveram o objetivo de tranquilizar a população, alarmada pela suspeita de essa vacina ser a causa do autismo. A Suprema Corte Norte-Americana julgou os casos de diversas famílias que recorreram à justiça alegando serem vítimas de contaminação pela vacina. A decisão oficial, em todos os casos, definiu a inexistência de relação entre vacina e autismo. Do mesmo modo, de acordo com os resultados divulgados, a ideia de epidemia teria sido negada (DONVAN; ZUCKER, 2017).

Segundo Silberman (2015), em 2004, os adolescentes Alex Plank e Dan Grover utilizaram suas habilidades natas e experiências práticas em lidar com o universo virtual criando o Wrong Planet,⁷ primeiro website para pessoas autistas. Plank fora diagnosticado com Asperger e representava mais uma vítima do preconceito e da exclusão no ambiente escolar, em função de seu jeito atípico e seu alto desempenho. Nesse *cyberspace*, seus membros compartilhavam experiências de vida, realizavam fóruns de discussões sobre suas angústias, publicavam suas poesias e encontravam suporte em pessoas com os mesmos diagnósticos, reconfortando-se por não se sentirem mais tão solitários. A comunidade do Wrong Planet foi crescendo gradativamente, até que Plank tornou-se respeitado no meio,

⁷ O website Wrong Planet, criado por Alex Plank, encontra-se disponível em: <<https://wrongplanet.net/forums/>>.

recebendo convites para dar entrevistas na mídia e prestar consultoria para um seriado de televisão que apresentava um personagem autista. Donovan e Zucker (2017) ressaltam que Alex Plank recebeu o diagnóstico de Asperger aos 9 anos de idade, reagindo negativamente a esse rótulo até o período da adolescência, quando, finalmente, conseguiu se aceitar. Plank atribui o sucesso de seu website à comunicação *online*, que, segundo ele, configura-se ideal ao perfil dos autistas por poupá-los do contato visual, da presença física do interlocutor, evitando ansiedades relacionadas à entonação de voz e outras dificuldades enfrentadas por eles nas conversas do mundo real.

Em 2006, conforme Donovan e Zucker (2017), os Estados Unidos destinaram um bilhão de dólares a pesquisas em cumprimento à Lei de Combate ao Autismo, implementada no país. Esse investimento de alto valor financeiro nas pesquisas genéticas indica uma mudança no cenário em que se insere o autismo, resultado da visibilidade e notoriedade adquiridas nas últimas décadas. Aversa a essa tendência geneticista, a psicanálise de orientação lacaniana – que se interessa pelo singular da subjetividade – faz-se presente nesta afirmação de Maleval (2017, p. 28):

A ineficácia dos medicamentos, e especialmente dos neurolépticos, sobre a patologia autista torna, sem dúvida, mais necessário o anúncio de progressos decisivos nas pesquisas genéticas ou ambientais – ainda que apenas para diminuir a angústia dos pais e dos familiares de sujeito autistas.

Outro fato relevante que marca o ano 2006, na esfera do autismo, confere a Ari Ne'eman a fundação de uma entidade, a Autistic Self-Advocacy Network, para garantir a participação dos próprios autistas – como ele mesmo – nos debates políticos (DONVAN; ZUCKER, 2017).

Nesse interessante movimento iniciado pelos autistas – de se fazerem escutar, apropriando-se de sua voz, reivindicando seus direitos e revelando suas subjetividades entre eles e, sobretudo, para um público mais amplo –, é importante ressaltar que, em 2010, o filme *Temple Grandin*, da HBO, baseado na autobiografia da autista, foi contemplado com muitos prêmios Emmy – prestigiado concurso que avalia produções artísticas. Donovan e Zucker (2017) consideram que a premiação contribuiu para atrair a atenção do público em geral para a causa do autismo,

favorecendo a divulgação e a conscientização popular sobre o tema. Assim sendo, esta pesquisa nos permite apontar, juntamente com Silberman (2015), para os impactos culturais causados pelo cinema como veículo de comunicação e informação. Silberman (2015) avalia que a divulgação de informações alcançada através do cinema adquire proporções globais, como consequência do alto investimento financeiro nessa bem-sucedida indústria de entretenimento. Diante desse incrível potencial de difusão de dados ao redor do mundo, o cinema teria conseguido apresentar o autismo de forma esclarecedora para muitos.

2.1.8 Atualidades

Os avanços científicos no campo da genética trouxeram alguns esclarecimentos acerca do autismo, como relata Silberman (2015). As pesquisas mais recentes apontam que as raízes do autismo se encontram fixadas em nosso DNA como mutações de genes muito antigos, o que significa que seja uma herança amplamente compartilhada pela população em geral e que vem sendo transmitida há milhões de anos. Esses dados desmentem, de acordo com Silberman (2015), a crença de que o autismo seria uma consequência da modernidade como uma resposta orgânica aos abusos de agrotóxicos, ao consumo de alimentos altamente processados, à exposição excessiva a sinais de celular, entre outros aspectos da vida moderna tomados de maneira especulativa como causas do autismo.

Maleval (2017) oferece-nos uma outra referência, elucidando que, atualmente, o conhecimento acerca do autismo permanece defasado, embora o interesse popular por ele tenha sido revertido em valores consideráveis de investimento em pesquisas, nos mais diversos campos de saber. Assim, os estudos e exames de natureza biológica, embora recebam bastante apoio financeiro e contem, em geral, com uma boa aceitabilidade midiática, padecem de uma fundamentação clínica satisfatória:

Já não se espera mais que o genoma sozinho seja responsável por toda a informação transmitida hereditariamente porque no topo da pesquisa, nesse domínio, encontram-se, hoje em dia, os estudos epigenéticos, que incitam a levar em conta fatores do entorno. (MALEVAL, 2017, p. 22)

Ainda segundo Maleval (2017), no panorama atual, a origem do autismo permanece desconhecida, e suas definições restringem-se aos critérios de gravidade dos sintomas.

Segundo Laurent (2014), em 2013, o comitê encarregado pela elaboração do Manual Diagnóstico e Estatístico dos Transtornos Mentais publicou sua mais recente versão, DSM-5, da qual foram excluídos o “transtorno invasivo do desenvolvimento não especificado” e a “síndrome de Asperger” como categorias isoladas. Definiu-se o Transtorno do Espectro Autista (TEA) como uma ampla categoria clínica que, graduada em leve, moderada e grave, abarcaria as patologias que foram suprimidas. Para Laurent (2014), essa alteração acarretará, como consequência direta, a redução do número de diagnósticos de autismo – evidenciando uma manobra de caráter mecânico e burocrático desse manual, que parece ser utilizado como uma ferramenta de controle social. O autor lança um alerta quanto aos perigos que envolvem a nova classificação:

Essa nocividade pode ser particularmente percebida na intersecção com o campo jurídico. Com efeito, o DSM não é um sistema classificatório como qualquer outro, pelo fato de que ele condiciona os tratamentos obrigatórios pelas companhias de seguros. Como se não bastasse, é utilizado pela justiça como texto de orientação, em particular para decidir sobre as internações psiquiátricas compulsórias. (LAURENT, 2014, p. 171)

Com efeito, na medida em que parece envolver conflitos de interesses da indústria farmacêutica e outras entidades independentes sem vínculo com a Organização Mundial da Saúde, as revisões do DSM e suas novas edições tornaram-se alvos de denúncias e suspeitas de manipulação que abalaram sua credibilidade, gerando um “mal-estar nas classificações da clínica empírica e biológica do DSM” (LAURENT, 2014, p. 24). Laurent (2014) ressalta que os autistas de alto desempenho têm se manifestado, por meio de seus depoimentos, contrários ao autoritarismo das padronizações. Desse modo, podemos assumir que “É no cerne desse embaraço da psiquiatria que a abordagem psicanalítica, centrada na clínica do caso, tem chances de se fazer ouvir” (LAURENT, 2014, p. 24).

Laia (2011) se antecipa e, na querela acerca do uso do DSM que marca o cenário atual da história do autismo, problematiza um outro aspecto fundamental a respeito das categorizações diagnósticas:

[...] à precisa mensuração empreendida nas classificações do DSM escapa o que MILLER (2011) nos convida a tematizar como “coisas de fineza” acessíveis no âmbito da experiência analítica e decisivas para a abordagem dos sintomas [...] mesmo quantificados por estatísticas, esquadrihados por scanners altamente tecnológicos, articulados a descobertas da genética, os sintomas carregam consigo o que a orientação lacaniana nos permite designar como um irreduzível à classificação e que tem a ver com as especificidades, as sutilezas e “finezas” pelas quais o que Freud chamou de “pulsão” faz uso dos corpos para efetivar uma satisfação que LACAN (1972-1973/1976) designa como “gozo”. (LAIA, 2011, p. 6)

Nesse sentido, para além da dúvida quanto à legitimidade do Manual, Laia (2011) destaca a importância da subjetividade no campo do diagnóstico. Essa preocupação em respeitar a dimensão da singularidade, considerando a riqueza dos aspectos específicos de cada um, traduz-se, na prática clínica, em um primoroso trabalho de construção de intervenções também únicas, para cada sujeito. A psicanálise de orientação lacaniana indica essa laboriosa solução diante de uma demanda que acredita ser sempre particular. De maneira diferente, a proposta do DSM e de outras abordagens – que primam pela classificação e por padrões de medidas – terminam por deixar em segundo plano a subjetividade para tratar as patologias. Conforme esclarece Laia (2011), remetendo-nos ao ensino de Freud e Lacan, “a incomensurabilidade em jogo no gozo do sintoma não é um sinal de pouco avanço científico: marca um real sem o qual o exercício da clínica torna-se mera ortopedia” (LAIA, 2011, p. 13).

A atual posição da psicanálise corrobora a demanda dos próprios sujeitos autistas e aponta para a primazia da subjetividade – que comportaria algo que não pode ser medido e tampouco padronizado. Laurent (2014) define o “caso a caso” como o modo de aplicação da psicanálise cujo interesse versa menos no aspecto biológico envolvido ou na deficiência do corpo, mas sobre aquilo que o sujeito constrói, como ser falante, em sua relação com o corpo e com seu sintoma. Para esse autor, o momento atual tende a privilegiar o múltiplo:

Tanto para as pessoas autistas quanto para seus pais, é crucial manter uma pluralidade de abordagens, bem como interlocutores oriundos de vários horizontes. A pedra angular dessa batalha consiste em permitir que cada

criança elabore, com seus pais, um caminho próprio, e prossiga nele na idade adulta. E isso levando em consideração a incrível variedade de sintomas que o denominado “espectro do autismo” abarca. Trata-se, pois, de uma batalha pelo respeito à diversidade. (LAURENT, 2014, p. 19)

O breve percurso histórico realizado aqui acerca do autismo nos colocou defronte com a noção de *espectro*. Asperger (1943), ao descrever o autismo, já havia de algum modo antecipado tal noção quando destacou uma variedade de tipos e graduações, indicando que essa diversidade poderia abranger desde o autista mais grave até o de mais alto desempenho. Atualmente, a noção de espectro adotada pelo DSM-5, conforme narram Donvan e Zucker (2017), mantém seu sentido essencial inicial descrito por Wing (2002), abrangendo uma variedade de graus de severidade calculados a partir da combinação de sintomas manifestados por cada autista.

Como já mencionamos, o delineamento do autismo segundo a noção de espectro foi realizado por Lorna Wing. Tal noção surge no âmbito de sua pesquisa sobre autismo, em parceria com Judith Gould, publicada em 1979. Os resultados desse estudo comparativo entre diversas síndromes mostraram que “os padrões de deficiências e anormalidades comportamentais descritas podem ser classificados de várias maneiras” (WING; GOULD, 1979, p. 12). Considerando-se que um indivíduo pode apresentar características de mais de uma síndrome – autismo, retardo mental, síndrome de Down, entre outras –, a dificuldade do diagnóstico estaria relacionada à inadequada utilização de classificações específicas. Nesse sentido, afirmam que “estudar apenas a síndrome de Kanner ou algum outro subgrupo, como crianças que são socialmente iguais, levará a conclusões de generalização limitada” (WING; GOULD, 1979, p. 12). Diante desses argumentos, elas questionam o autismo infantil tomado como uma condição específica: seus estudos indicam que as referências do avaliador e os métodos utilizados na avaliação determinariam o diagnóstico e que este poderia ser confundido em virtude da similaridade de sintomas de diversas síndromes e das múltiplas combinações possíveis destes (WING; GOULD, 1979).

Posteriormente, em um outro artigo, Wing (2002) explicita que o espectro do autismo engloba três características essenciais: comprometimento da interação social, comunicação e imaginação limitadas, atividades repetitivas. Segundo ela, “o ponto

essencial do conceito de espectro é que cada um dos elementos da tríade poderia ocorrer em vários graus de gravidade e em muitas manifestações diferentes” (WING; POTTER, 2002, p. 154).

Para Maleval (2017), a noção de espectro, ao manter um elemento invariável que atravessa toda uma diversidade de quadros clínicos, seria também consoante à constatação de Asperger (1943) sobre a permanência, ao longo da vida, do que é essencial no autismo. Assim, uma vez detectado o princípio da existência de um traço invariável do autismo, constata-se também haver um espectro clínico:

O espectro do autismo é uma noção vaga, com limites tênues; ela se impõe, contudo, a partir da clínica, e não de uma hipótese etiológica; ela sugere a existência de um mesmo modo de funcionamento subjetivo por trás de uma grande variedade de quadros clínicos. (MALEVAL, 2017, p. 83)

Maleval (2107), ao ponderar sobre o que seria esse espectro clínico, refere-se à descoberta freudiana lembrando-nos de que, para a psicanálise, o homem normal não existe: a partir dessa inexistência, a abordagem psicanalítica é congruente com a concepção a propósito da diversidade humana e com o princípio de que, então, ninguém é igual.

Assim, o esforço investigativo realizado nesta dissertação, reunindo registros históricos sobre o autismo para verificar como se processou a evolução do diagnóstico e suas implicações chega ao tema da diversidade humana. Valorizada no campo dos Estudos Culturais, a noção de diversidade tangencia a prática da cidadania na medida em que se opõe à exclusão social (evidenciada como restrição de acesso à cultura):

Existe uma problemática da desigualdade que se manifesta sobretudo, como desigualdade socioeconômica. E existe uma problemática da diferença, visível principalmente nas práticas culturais. (CANCLINI, 2005, p. 57)

Para Canclini (2005), uma característica fundamental da cidadania consiste no respeito ao outro e na inclusão social independente das diferenças.

Considerando essas elaborações de Canclini (2005) e a concepção freudiana evocada por Maleval (2017) de que a diversidade faz parte da condição humana, pareceu-nos pertinente introduzir, no contexto específico do autismo que esta dissertação se propõe a analisar, a seguinte formulação de Morin (2000, p. 52): “O homem somente se realiza plenamente como ser humano pela cultura e na cultura”. A noção de diversidade, a ser mais aprofundada por esta pesquisa, nos parece articular-se com a seguinte concepção de Morin (2000) sobre a complexidade humana, na medida em que esta última

Não poderia ser compreendida dissociada dos elementos que a constituem: todo desenvolvimento verdadeiramente humano significa o desenvolvimento conjunto das autonomias individuais, das participações comunitárias e do sentimento de pertencer à espécie humana. (MORIN, 2000, p. 55)

A partir de Morin (2000), Canclini (2005) e Maleval (2017), mesmo considerando que há diferenças entre as perspectivas por eles apresentadas, podemos ressaltar como tem se tornado importante o processo cultural de inclusão social e de valorização das diferenças, mesmo se este processo não deixa de ser alvo de críticas e de entraves mais conservadores. No capítulo anterior desta dissertação, já destacamos a diversidade como uma referência fundamental para os Estudos Culturais. Agora, neste capítulo, considerando também os dias de hoje e o tema deste trabalho, parece-nos importante demonstrar que tal noção de diversidade poderá ser articulada à aposta psicanalítica na singularidade de cada um e, no caso específico do autismo, ao modo como ele é abordado pelos discursos atuais sobre o respeito à diversidade humana.

2.2 Autismo e neurodiversidade

As elaborações realizadas até aqui, nesta dissertação, indicam haver, atualmente, uma tendência cultural de se repensarem as diferenças e promover a inclusão. Essa nova consciência social surge também no âmbito do autismo e é favorecida pela distinção entre esse transtorno e a esquizofrenia. No entanto, até que se chegasse a esse cenário contemporâneo, a representação cultural das pessoas diagnosticadas com transtornos mentais precisou evoluir bastante.

Segundo Donvan e Zucker (2017), a presença do autismo na história da humanidade não seria recente, haja vista os registros de sujeitos cujos comportamentos atípicos perturbavam a sociedade. Um exemplo interessante desses registros refere-se à narrativa sobre um sapateiro russo de 1469, de nome Basil, que vagava errante e nu pela cidade, negligente nos cuidados consigo mesmo, e proferia palavras incompreensíveis. A excentricidade de Basil foi interpretada pela população como uma espécie de santidade. Essa narrativa russa foi objeto de estudo para Challis e Dewey (1974), na Universidade de Michigan, e suas conclusões sugerem, conforme descrevem Donvan e Zucker (2017), que muitos indivíduos conhecidos como “loucos santos”, incluindo Basil, teriam sido, nos dias de hoje, diagnosticados como autistas.

Outro exemplo merecedor de nossa atenção é o do escocês Hugh Blair, de 1740, cujo comportamento estranho implicava seu hábito de se fazer presente a todos os enterros que aconteciam na cidade, seu vestuário peculiar e sua curiosa relação de apego com uma desajeitada peruca. Uma ação do tribunal do século XVIII envolvendo o direito à herança questionava a sanidade mental de Hugh Blair e, por esse motivo, realizou-se um inquérito judicial bastante rico no registro de informações. Segundo Donvan e Zucker (2017), essa curiosa história teria sido foco do interesse de Huston e Frith (2000), que publicaram um estudo no qual afirmam que Blair se enquadraria claramente no conceito de autismo proposto por Kanner (1943).

Donvan e Zucker (2017) relembram que, durante a primeira metade do século XX, a institucionalização dos deficientes mentais era a recomendação médica predominante, e os familiares a acatavam sem questionamentos. Essa prática era compreendida como a única alternativa viável diante de uma patologia que, por volta do ano 1900, tornava o indivíduo “defeituoso”. Idiota, imbecil, retardado, lunático, débil mental, entre outros termos considerados hoje em dia como pejorativos, compunham o vocabulário empregado para os deficientes. E o uso comum, alheio ao contexto clínico, atribuía a tais palavras um sentido ainda mais degradante, que tinha o intuito de ofender e discriminar. Donvan e Zucker (2017) comentam que os deficientes eram motivo de vergonha para as famílias, que não encontravam apoio

social para mantê-los em casa. Antes que atingissem a idade mínima exigida pelas instituições para a internação, eram mantidos secretamente, reclusos dentro de seus lares. Conforme esses autores, uma fase dramática da história dos deficientes mentais coincide com os primeiros estudos sobre autismo e tratam da eugenia.

Nos Estados Unidos, a ideia da reprodução seletiva com o objetivo de evitar a procriação de doentes, fracos e miseráveis ganhou tantos adeptos que, em 1920, 17 dos seus estados legalizaram a esterilização compulsória. Nesse mesmo viés, a eutanásia de crianças mentalmente deficientes foi defendida pelo norte-americano Robert Foster Kennedy, um neurologista que tratava os deficientes como “erros da natureza”. A intolerância a essas diferenças, então chamadas *anomalias*, não era uma ocorrência localizada, como evidencia a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), que assassinou, na Europa, dezenas de milhares de deficientes em nome da purificação da raça proposta pelo Terceiro Reich. No entanto, em contraposição ao movimento de discriminação que predominou no século passado encontram-se registros de atos isolados em defesa dos deficientes mentais (DONVAN; ZUCKER, 2017).

Diante desses apontamentos, parece-nos correto concluir que a noção de normalidade predominou em nossa sociedade e no meio acadêmico-científico por muitas décadas, classificando e segregando aqueles que se afastavam do padrão estabelecido. Essa perspectiva sofreu alterações, com o passar do tempo, e a representação cultural dos deficientes evoluiu positivamente, do ponto de vista do respeito pela dignidade humana. No caso específico dos autistas, conforme aponta Silberman (2015), alguns acontecimentos contribuíram para esse progresso, como a publicação do relato autobiográfico de Temple Grandin, em 1986, e o lançamento do filme *Rain Man*, em 1988, que apresentaram ao mundo uma visão menos preconceituosa e sensibilizaram o público quanto às dificuldades vividas por esses sujeitos e seus familiares, revelando suas habilidades especiais e, principalmente, seu enorme potencial. A literatura e o cinema trouxeram a visibilidade necessária para que o autismo despertasse o interesse popular e, nessa direção, as associações criadas para garantir direitos jurídicos e investimentos em pesquisas contribuíram para a conscientização acerca do autismo, desmistificando crenças

infundadas e modificando o olhar da sociedade para os sujeitos autistas. A ideia de espectro, proposta por Lorna Wing e adotada pelo DSM-5 (2013), apesar de suscitar discussões, sugere uma tentativa de superação da ineficiência do método classificatório, ampliando a visão sobre o transtorno.

Silberman (2015) considera que, atualmente, à luz dos testemunhos dos próprios autistas e como resultado das inúmeras pesquisas e discussões envolvendo o tema, novos avanços orientam a compreensão do transtorno e, na mesma vertente da diversidade humana, outra ideia se apresenta: a diversidade neurológica.

A origem do movimento da neurodiversidade remonta, para Donvan e Zucker (1917), a um manifesto intitulado “Não chorem por nós”,⁸ distribuído, em 1993, pelo autista Jim Sinclair em uma conferência sobre autismo em Toronto. Sinclair (1993) propunha um novo modo de compreender o autismo e proclamava que a revolta dos pais diante do “jeito de ser” de seus filhos lhes feria a dignidade humana. Embora reconhecesse que a dedicação e o empenho dos pais tenham, de fato, melhorado suas vidas, Sinclair (1993) alertava que a tristeza projetada sobre o autismo denunciava o desejo de cura, que era percebido pelos filhos como um lamento de sua existência. De acordo com Sinclair (1993),

Não se perde uma criança para o Autismo. Perde-se uma criança porque a que se esperou nunca chegou a existir. Isso não é culpa da criança autista que, realmente, existe e não deve ser o nosso fardo. Nós precisamos e merecemos famílias que possam nos ver e valorizar por nós mesmos, e não famílias que têm uma visão obscurecida sobre nós por fantasmas de uma criança que nunca viveu. Chore por seus próprios sonhos perdidos se você precisa. Mas não chore por nós. Estamos vivos. Somos reais. Estamos aqui esperando por você.

Desse modo, ao desenvolver essa proposta inovadora cujo princípio básico defendia o autismo como mais uma maneira de ser humano, Sinclair (1993) buscava combater os aspectos negativos associados ao autismo. Continuando seus esforços nessa direção, Sinclair proferiu que “já que ser humano não requeria cura, o autismo tampouco precisava de cura. E não se devia propor nenhum esforço para fazer com que o autismo desaparecesse” (DONVAN; ZUCKER, 2017, p. 515).

⁸ Disponível em: <<http://www.autismnetworkinternational.org/>>.

Condizente com esse movimento desencadeado por Sinclair (1993) de aceitação do autismo como uma variação humana normal, nossa pesquisa aponta a antropóloga australiana Singer como referência fundamental a ser considerada. No ano 1998, a cunhagem do termo *neurodiversidade* foi creditada a Singer, após a publicação do seguinte texto, na UK Open University Press:

Para mim, a chave do Espectro Autista reside na sua chamada e antecipação de uma política de Diversidade Neurológica, ou Neurodiversidade. Os Neurologicamente Diferentes representam um novo acréscimo às categorias políticas familiares de classe / gênero / raça e aumentam os insights do modelo social de deficiência.

O surgimento da neurodiversidade leva a fragmentação pós-moderna um passo adiante. Assim como a era pós-moderna vê suas crenças mais sólidas diluírem-se no ar, até mesmo nossas premissas mais óbvias: que todos nós vemos, sentimos, tocamos, ouvimos, cheiramos e classificamos informações, mais ou menos da mesma maneira (salvo os deficientes visuais) está sendo dissolvida. (SINGER, [1998] 2017, p. 9)

Singer (2017) declara sentir-se especialmente autorizada a falar sobre a temática em função de sua vivência do espectro como autista, filha e mãe de autista. Em termos de evolução histórica, essa antropóloga destaca o progresso alcançado na década de 1990, com o surgimento de uma nova visão do autismo como uma condição marcada por uma dimensão espectral. Esse avanço seria, para Singer (2017), resultado da convergência de contribuições relevantes, como os estudos de Lorna Wing; o interesse popular pelas autobiografias de autistas como Temple Grandin; a criação de instituições de autodefesa, como a de Jim Sinclair pelos direitos dos autistas; o recurso moderno da internet, através do qual esse novo paradigma vem se espalhando rapidamente. Sobre a influência benéfica da web nesse contexto, ela é definida como “o dispositivo protético que liga autistas isolados e sem qualificação social em um organismo social coletivo capaz de ter uma voz pública” (SINGER, 2017, p. 11).

É justo considerar que o movimento da neurodiversidade beneficiou-se de um momento histórico em que a cultura se flexibilizava, abrindo espaço para novas e mais amplas concepções de identidade de gênero e outros movimentos de minorias. Valendo-se dessas tendências, a noção de neurodiversidade permite que autistas se apresentem como “únicos como qualquer outro ser humano, em suas variações neurológicas” (DONVAN; ZUCKER, 2017, p. 523). Nesse contexto, Singer (2017)

confirma ter vislumbrado provocar um impactante movimento social, como ocorrera com o feminismo e a causa gay, que libertasse os indivíduos da imposição de estereótipos padronizados. Segundo ela,

Esta palavra *Neurodiversidade* não vem do nada, mas foi o resultado da minha pesquisa acadêmica e de uma vida inteira de experiências pessoais de exclusão e invalidação como alguém que sofre em uma família afetada por uma "deficiência oculta" que nem nós mesmos e nem a sociedade reconhecem. No entanto, certamente sabíamos como nos proteger do olhar crítico *neurotípico*, e havíamos desenvolvido muitas estratégias para tentar passar por indivíduos normais. (SINGER, 2017, p. 13)

Os ideais referentes à valorização da diversidade e o interesse pelas minorias que constituem os Estudos Culturais (anteriormente abordados nesta dissertação), pareceram-nos estar em consonância com a proposta do movimento da neurodiversidade. Assim articulados, esses campos poderiam convocar o autismo como uma minoria digna de ter um lugar para manifestar-se com autenticidade.

Neste contexto de mudança de paradigmas, Donvan e Zucker (2017) consideram a influência de Ari Ne'eman, autista e ativista, que fundou, em 2006, a Autistic Self-Advocacy Network (ASAN), para garantir a participação dos autistas nas decisões políticas. Em 2007, Ne'eman contribuiu para a difusão da noção de neurodiversidade e teve seu nome vinculado a essa nova perspectiva ao posicionar-se contrário a uma campanha publicitária que, a seu ver, insultava os autistas. O slogan da campanha, estampado em cartazes espalhados pelas ruas de Nova York, era "Pedido de resgate. O seu filho está em nosso poder". Donvan e Zucker (2017) esclarecem que aquele era um momento de destaque para as pesquisas em busca da cura do autismo, movimento que incomodava veementemente os adeptos da neurodiversidade. Ne'eman reagiu prontamente, mobilizou outros ativistas e instituições com credibilidade social, convocou a imprensa local e moveu uma ação judicial contra a Universidade de Nova York, autora da publicidade. Sua vitória na justiça levou ao encerramento da campanha, que fora veiculada por apenas alguns dias. Tal acontecimento trouxe visibilidade e reconhecimento à ideia de que o autismo não deveria ser eliminado, mas considerado como uma diversidade neurológica normal (DONVAN; ZUCKER, 2017). Nesse sentido, Silberman (2015, p. 470) pontua:

Os defensores da neurodiversidade propõem que, em vez de encarar esse dom como um erro da natureza – um quebra-cabeça a ser resolvido e eliminado com técnicas como testes pré-natais e aborto seletivo –, a sociedade deve considerá-lo uma parte valiosa do legado genético da humanidade e melhorar os aspectos do autismo que podem ser profundamente incapacitantes sem o apoio adequado. Eles sugerem que, ao invés de investir milhões de dólares por ano para descobrir, no futuro, as causas do autismo, deveríamos estar ajudando autistas e suas famílias a viverem mais felizes, mais saudáveis, mais produtivos e mais seguros no presente.

Para Silberman (2015), portanto, o histórico de conquistas, no âmbito jurídico, dos movimentos a favor das pessoas portadoras de deficiências físicas afirma o potencial de nossa sociedade para adaptar ambientes e gerar inclusão. No entanto, parece-nos fundamental que aprendamos a respeitar aqueles que têm modos de pensar diferentes dos nossos. Pensar em sistemas operacionais humanos poderia trazer uma boa compreensão sobre a noção de neurodiversidade: “somente porque um computador não está executando o Windows não significa que ele esteja quebrado. Nem todas as características dos sistemas operacionais humanos atípicos são *bugs*” (SILBERMAN, 2015, p. 471).

O advento da internet, sem dúvida, revolucionou o mundo. Abrangente e eficiente, seu sucesso se deve ao fato de constituir uma “plataforma agnóstica”, ou seja, seu funcionamento independe do sistema operacional que a acessa, pois fora projetada para lidar com todos. Nesse viés, salienta Silberman (2015), cabe lembrar que o cérebro humano tem uma “plasticidade” incrível, sendo capaz de se adaptar a limitações e desenvolvendo recursos para superá-las. Assim sendo, não haveria razão para selecionarmos de forma tão restritiva os padrões normativos que servem apenas para segregar e excluir, gerando desrespeito e sofrimento.

Segundo Silberman (2015), a neurodiversidade nos permite pensar em termos de tribos – como sugere o título de seu livro: *NeuroTribes – the Legacy of Autism and the Future of Neurodiversity*. A diversidade neurológica comportaria, para o autor, uma ampla variedade de padrões de raciocínio e funcionamentos cerebrais. Os adeptos dessa ideia utilizam o termo *neurotípico* para definir o que é alheio ao mundo do autismo e se aventuram a adotar outros referenciais, relativizando as percepções e fazendo deslocar a fixidez dos parâmetros da maioria – que costumam ser tomados como únicos e corretos. A exemplo disso, Silberman (2015) descreve

que, se considerado do ponto de vista de um sujeito autista, o universo neurotípico parece caótico, impenetrável e barulhento, o cérebro “normal” parece se dispersar facilmente e não se atentar a detalhes, os sujeitos fora do espectro parecem exageradamente sociáveis e desrespeitosos com o espaço do outro.

Os ativistas desse novo paradigma lançaram, recentemente, o slogan "nada sobre nós, sem nós", empreendendo um movimento para estimular a participação dos autistas nas discussões de seus interesses (SILBERMAN, 2015). Pareceu-nos possível interpretar esse slogan como a representação de um momento histórico inédito, no qual a voz dos autistas se faz ouvir, e em sintonia com os ideais da neurodiversidade – segundo os quais não há classificação hierárquica ou julgamento de valor entre as diversas tribos neurológicas.

Nessa evolução histórica do autismo, Silberman (2015) propõe-nos que o século XXI assiste ao nascimento de uma nova categoria de trabalhadores de alto desempenho: pessoas dentro do espectro que tiveram a oportunidade de mostrar suas habilidades e competências a empresários visionários. Segundo o autor,

Neurodiversidade também está sendo abraçada no ambiente de trabalho por empresas como Specialisterne, fundada na Dinamarca, que emprega pessoas do espectro para colocar sua inteligência autista para trabalhar na indústria de tecnologia. A Specialisterne tem tido tanto sucesso que abriu escritórios satélites no Reino Unido e nos Estados Unidos e recentemente elaborou uma aliança estratégica com a empresa alemã de *software* SAP para atender às necessidades da indústria de tecnologia em rápido crescimento na Índia. (SILBERMAN, 2015, p. 473)

Essa parceria inusitada demonstra, atualmente, que aquilo de mais atípico que os autistas possuem são dons que não podem mais ser ignorados e, muito menos, desperdiçados. Algumas multinacionais de sucesso, tendo experimentado as vantagens do desempenho de alguns autistas como parte de sua equipe, garantem o bem-estar desses funcionários, adequando as condições de trabalho, adaptando o ambiente físico e preparando a equipe que lidará diretamente com eles (SILBERMAN, 2017).

Em consonância com essas propostas, parece-nos possível citar também Maleval (2017), quando pontua que

O destino do sujeito autista não está selado no seu corpo: seu entorno tem um papel importante no seu devir. [...] o educacional não basta para tratar o autista. [...] Williams, Grandin ou Tammet mostram claramente em seus testemunhos que uma decisão subjetiva da parte deles foi necessária à integração do seu funcionamento no social. [...] Essa escolha pode ser favorecida, assim como pode ser interdita. [...] É preciso ainda que tenha encontrado condições favoráveis que lhe permitam tornar-se um sujeito capaz de ultrapassar as restrições da imutabilidade para fazer escolhas pessoais. (MALEVAL, 2017, p. 35)

Maleval (2017) ressalta, portanto, que a posição subjetiva em sua articulação com o entorno permitiria ao autista progredir. Nessa vertente, ao nosso ver, a defesa feita pelos Estudos Culturais de valorização das diferenças é consonante com a proposta da neurodiversidade. Em outros termos, o propósito dos Estudos Culturais de inclusão das minorias, fortalecido, não sem resistências, no mundo contemporâneo, parecem construir uma referência acadêmico-social propícia para o autismo como um exemplo da diversidade humana. A essa convergência de movimentos em prol da singularidade humana, agregamos os princípios da psicanálise, antevendo que “a batalha do autismo prosseguirá de outras formas” e que “a orientação lacaniana continuará participando disso plenamente, porque esse é um dos lugares cruciais do saber em nossa época” (LAURENT, 2014, p. 179).

3 AUTISMO ESPECÍFICO E GENERALIZADO

3.1 A especificidade do autismo

No cenário contemporâneo, é possível constatar que autistas passaram a participar da discussão sobre diversidade na medida em que atraíram, inclusive com suas diferenças, a atenção da população em geral. Assim, “desde o filme *Rain Man*, o autismo se tornou uma categoria popular, frequentemente citada como portadora das cores da humanidade” (LAURENT, 2014, p. 61). Esse interesse popular também se vale da quantidade crescente e significativa de casos de autismo por todo o mundo. Tendlarz (2016) associa esse aumento dos diagnósticos de autismo à ampliação dos critérios utilizados, o que corrobora nossa discussão do capítulo anterior desta dissertação. A esse respeito, Tendlarz (2016) remete-nos a Ian Hacking (1999), cuja elaboração sobre a noção de “classe” é importante mencionar aqui. Tendlarz (2016) menciona o filósofo Hacking (1999), segundo o qual nomear significa gerar categoria (ou classe), e gerar classes implica a criação de universos. Nesse sentido, Hacking (2009), no artigo “Autistic Autobiography”, sugere que o valor da narrativa autista estaria, acima de tudo, na possibilidade de os portadores

“falarem por si mesmos”, dispensando a mediação de não autistas para se expressarem a seu modo.

Assim, o modo peculiar e particular com que os autistas se expressam em suas autobiografias carregaria uma marca de literalidade e de transmissão de experiência que os faria compor uma categoria (ou classe) específica. Valendo-se da psicanálise e dialogando com Hacking, Tendlarz (2016) utiliza a noção de *identidade de classe* ao constatar que um autista, contando sua história de vida, tal como é o caso, por exemplo, da autista Donna Williams, se reconhece como autista e pode, a partir daí, garantir a si mesmo um lugar. Desse lugar, ele pode se aproximar da experiência de outros autistas.

Embora essas formulações de Hacking (1999 e 2009) e de Tendlarz (2016) sobre a noção de “classe” aplicada aos autistas seja distinta de algumas pontuações que fizemos, a partir de Bhabha (2014), no primeiro capítulo desta dissertação, consideramos importante recordar que, para esse autor – que é uma referência para os Estudos Culturais –, a união dos indivíduos em grupos pode ser decisiva para a formação de uma identidade de classe que, por sua vez, lhes permite fazer emergir uma representatividade social, uma identidade cultural, a partir das quais, segundo Bhabha (2014), os grupos podem lutar contra a segregação social. Desse modo, compreendemos que, para se fazer escutar, é preciso que a minoria em questão adquira tal representatividade, tal identidade.

No caso do autismo, lembramos que Tendlarz (2016) indica, referindo-se novamente a Hacking (1999), que se trata de uma classe paradoxal, pois os membros de uma classe devem interagir entre si e modificar sua categoria, e os autistas, em geral não estabelecem propriamente laços com os outros, nem interagem uns com os outros, como os membros que formam uma classe. Portanto, no caso dos autistas, esse enlaçamento e essa interação se fazem sobretudo pelo que suas autobiografias, por exemplo, provocam no campo social e/ou também pelo que mobilizam a partir de seus pais e/ou responsáveis.

Importante considerarmos, ainda, a diferença entre a identidade de classe e a identificação individual do autista ao seu diagnóstico. Hacking (2009) retrata, de maneira interessante, essa diferença:

Alison Singer, vice-presidente da Autism Speaks, expressa um lado de uma tensão que atormenta as relações entre pais de crianças autistas. Ela estabelece um contraste entre sua filha Jodie, que tem autismo clássico e que estaria no outro extremo do espectro do autismo da síndrome de Asperger, e outra menina e amiga da família, Haley. [...]. Singer é, então, um ativista que fala a partir do impacto devastador, sobre a família, com relação ao autismo severo, e quer insistir que esse é um problema distinto daquele dos autistas que estariam no outro extremo do espectro. (HACKING, 2009, p. 1468)

Desse modo, mesmo que haja uma identidade de classe capaz de reunir os autistas para garantir-lhes certa representatividade social na busca por direitos e benefícios jurídicos, compreendemos que, para alguns pais de autistas severamente comprometidos, essa identidade de classe parece não ser suficiente para ajudá-los. A reivindicação de Singer faz ecoar a voz de muitos outros pais de autistas que se encontram em situação distinta daquela dos autistas de alto desempenho, que têm, por exemplo, publicado suas autobiografias. No mesmo contexto de Hacking (2009), Donvan e Zucker (2017) mencionam Liz Bell como mãe e ativista representante desse grupo de autistas mais limitados:

O tipo de autismo do filho de Bell, Tyler, de dezesseis anos, raramente despertava o interesse das câmeras. Ele tinha QI muito mais baixo que o de Ari (Ne'eman), pouca capacidade de falar e uma dificuldade extrema com aptidões elementares como tomar banho, fazer a barba e se vestir. (DONVAN; ZUCKER, 2017, p. 524)

Certamente, do nosso ponto de vista, o ativismo dos pais de autistas tem legitimidade e merece respeito. O termo *autismo "clássico"* tem sido empregado por eles para se referirem ao perfil sintomático manifestado por seus filhos – perfil que corresponde à descrição feita por Kanner (1943) de seus pacientes autistas e que marca uma distância entre estes e aqueles de alto desempenho. A busca pelo tratamento e pela cura do autismo "clássico" parece traduzir a angústia e a dedicação cuidadosa e afetuosa de muitos pais que não encontram grande retorno, inclusive por parte de seus filhos autistas, quanto a todo esse investimento. Segundo Donvan e Zucker (2017), essa tensão entre o movimento da neurodiversidade (já discutido anteriormente nesta dissertação) e a luta dos pais de autistas "clássicos"

não deixa de ser permeada pelo interesse da sociedade com relação ao autismo e pelas pesquisas científicas sobre o autismo.

No cenário de grande difusão de conhecimento acerca da minoria autista, a classificação realizada pelo DSM (Manual Diagnóstico e Estatístico dos Transtornos Mentais), elaborada pela Associação Americana de Psiquiatria, ainda prevalece nas manifestações populares sobre o autismo referenciado como Transtorno do Espectro Autista. Como exemplo dessa prevalência, podemos citar o contexto clínico no qual é possível evidenciar, nas entrevistas com pais, a intensidade com que essa referência incide sobre o que eles dizem e sabem sobre o autismo. A esse respeito, devemos também considerar a influência da comunidade psiquiátrica e seu poder no âmbito da definição de um diagnóstico e da prescrição de medicamentos,⁹ decisivos também para acesso a benefícios, seguros e garantias legais.

Os critérios diagnósticos considerados pelo DSM-5¹⁰ consistem na manifestação de sintomas que, desde as primeiras etapas do desenvolvimento, causam prejuízo significativo no âmbito social, ocupacional ou em outras áreas relevantes da vida do paciente. Esses sintomas caracterizam-se, segundo o Manual, pela presença persistente de deficiências na comunicação, na interação social e em padrões restritos e repetitivos de comportamentos, interesses ou atividades. As deficiências na comunicação e na interação social costumam se manifestar em limitações na reciprocidade socioemocional, na comunicação não verbal necessária à interação social, na iniciação, na manutenção e no entendimento do que são relacionamentos. Os padrões restritos e repetitivos de comportamentos, interesses ou atividades se manifestam por movimentos repetitivos e estereotipados no uso de objetos ou da fala; aderência inflexível à rotina; ritualização de comportamentos verbais e não verbais; interesses restritos, com foco e intensidade exagerados; hiper ou hiporreatividade a estímulos sensoriais (APA, 2013).

⁹ Com relação à prescrição de medicamentos, Laurent (2014) destaca que, embora os psiquiatras, na prática, receitem psicotrópicos para os autistas, essas farmacopeias não os tratam: elas apenas visam a diminuir a agitação, as alterações no sono e outros sintomas.

¹⁰ Disponível em: <<https://www.psychiatry.org/psychiatrists/practice/dsm>>.

Recentemente, a Organização Mundial de Saúde (OMS)¹¹ divulgou o que será sua nova versão de outra importante referência médica: a Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID-11), que deverá entrar em vigor no ano de 2022. A versão utilizada até o momento é a CID-10, lançada em 1990. As novidades contidas na CID-11 consideram o autismo como um transtorno único, apresentado em espectro, de modo similar ao DSM-5. A OMS apresentava vários diagnósticos contidos nos Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD) e, com essa recente alteração, reuniu todos os tipos de autismo no TEA, Transtorno do Espectro Autista (ou, em inglês, Autism Spectrum Disorder – ASD).

Embora o saber psiquiátrico seja bastante difundido, também ganham visibilidade outros campos de conhecimento dedicados ao autismo, tal como a psicanálise de orientação lacaniana. O interesse da psicanálise lacaniana pelo estudo e tratamento do autismo remete-nos a meados do século XX. Datam de 1950 as primeiras contribuições registradas por Rosine Lefort,¹² investigando de forma cuidadosa e propondo tratamentos clínicos que visavam respeitar a particularidade de cada sujeito em seu modo único de ser autista e em sua própria invenção como ser humano (LAURENT, 2014). Tendlarz (2016) corrobora essa concepção ao pontuar que a perspectiva psicanalítica se distingue dos manuais diagnósticos psiquiátricos justamente no que tange à singularidade e ao tratamento dos autistas.

A psicanálise de orientação lacaniana, em sua preocupação com o sujeito, pôde atentar-se para os efeitos da nomeação e tem ressaltado que a designação classificatória proposta pelos Manuais de Diagnóstico não deixa de afetar a subjetividade dos autistas. Segundo Laurent (2014, p. 65), “um nome excede as descrições possíveis de seu sentido”. Para os psicanalistas, os sujeitos estabelecem uma relação com seu diagnóstico, reconhecendo-se sob esse nome. Encontramos, de fato, em alguns depoimentos de autistas, o registro desse efeito diagnóstico em sua organização interna, como se o rótulo norteasse sua trajetória ou garantisse um lugar específico para sua existência atípica. A esse respeito, despertou-nos

¹¹ Disponível em: <www.paho.org/bra>.

¹² Algumas dessas referências pioneiras dos Lefort, publicadas em edições brasileiras, são: MANNONI, M.; LEFORT, R. **Educação impossível**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977; e LEFORT, Rosine; LEFORT, Robert. **Nascimento do outro**. Salvador: Editora Fator Livraria, 1984.

interesse a recomendação de Grandin (1986), em sua autobiografia, de que os pais dos autistas buscassem a opinião de especialistas, frequentassem associações de amparo aos pais de crianças especiais, conversassem com outros pais e se mantivessem atualizados quanto às mais recentes pesquisas e tratamentos disponíveis. Sua recomendação, em nosso modo de compreender, não deixa de sugerir uma certa identificação ao diagnóstico “autista”.

Ainda sobre o diagnóstico, Grandin (1986) relata que sempre fora uma “menina estranha” e que, ao receber a designação de autista – diferentemente do que acontece com algumas pessoas –, esse diagnóstico não teve para ela o significado de uma sentença de fracasso profissional ou pessoal. Nesse sentido, Tendlarz (2016, p. 12) indica que “O diagnóstico pode se tornar uma resposta aos efeitos segregativos que sofreram em sua infância ou podem simplesmente acomodar uma diferença experimentada subjetivamente”. Nesse mesmo contexto, Donvan e Zucker (2017) citam Jonh Elder Robison¹³ como “um homem cujo diagnóstico de síndrome de Asperger já na maturidade mudou a sua vida para melhor” (DONVAN; ZUCKER, 2017, p. 549).

Outro aspecto interessante sobre a concepção psicanalítica do diagnóstico de autismo refere-se a uma das alterações apresentadas pela quinta versão do DSM, em 2013, a saber: a supressão da síndrome de Asperger como um transtorno específico. Conforme considera Laurent (2014, p. 65),

Essa vontade de eliminar a síndrome de Asperger para reintroduzi-la no *continuum* do espectro dos autistas provocou – como vimos – uma reação de rejeição por parte dos sujeitos que se reconhecem sob esse nome e que, por isso, reivindicam sua permanência na classificação.

Compreendemos que essas manifestações de resistência reforçam o argumento psicanalítico do efeito subjetivo do diagnóstico e justificam nosso interesse por essa abordagem. A premissa psicanalítica da singularidade de cada sujeito parece-nos adequada se evocarmos a elaboração de Asperger (1944) de que haveria tantos autismos quanto autistas houvesse. Mencionamos, anteriormente, nesta dissertação, a indicação de Maleval (2017) sobre a influência das teorias freudianas

¹³ Disponível em: <www.wm.edu/sites/neurodiversity/johnelderrobison/index.php>; e em: <<http://jrobison.blogspot.com/p/about-john-elder-robison.html>>.

na construção do diagnóstico do autismo, desde Eugene Bleuler, no início do século XIX. Considerando a relevância desse campo de conhecimento, parece-nos pertinente explicar algumas especificidades do autismo, à luz da psicanálise.

Maleval (2015) destaca como principais sintomatologias do autismo os distúrbios da identidade, da linguagem e do gozo. Segundo esse autor, a retenção da voz e o retorno do gozo sobre uma borda constituem dois elementos essenciais do autismo. Tomaremos esses apontamentos de Maleval (2015) como referência da leitura psicanalítica do autismo. No entanto, julgamos necessário elucidar, ainda que brevemente, a compreensão da psicanálise acerca da neurose para, posteriormente, prosseguirmos em nossa elaboração sobre as especificidades do autismo.

Lacan (1966[1998]) postula que o bebê humano nasce prematuro e que essa condição se impõe a ele de tal modo que o impossibilita, a princípio, de perceber-se como uma unidade, como um “eu” dotado de um “corpo próprio”. Sobre a percepção da criança quanto a seu próprio corpo, Laia (2001) elucida por que a criança, antes dos 18 meses de idade, não se reconhece diante do espelho, ou seja, diante de sua própria imagem:

Há todo um abismo que separa radicalmente a experiência que uma tal criança tem do que reconhecemos como “seu corpo” e a sua própria imagem especular, pois enquanto essa imagem é uma unidade bem coordenada e articulada, a experiência vivida pela criança é de uma descoordenação tão intensa que ela precisa de apoios — o voador, os dedos dos pais, os móveis da casa, etc.— para se manter em pé e/ou para realizar, por mínimos que sejam, alguns cambaleantes passos. (LAIA, 2001, p. 90)

Segundo Laia (2001), a criança vai adquirindo, com o tempo, uma percepção de sua própria imagem mais próxima daquela refletida no espelho. Essa aproximação consiste na formação da imagem do *eu* que, conforme postulou Lacan (1966 [1998]), para ocorrer, necessita da presença do Outro para lhe servir de apoio e orientação. Essa necessidade foi muito bem ilustrada nas palavras de Laia (2001), acima transcritas. Considerando o que Lacan (1966 [1998]) chamou “estádio do espelho”, podemos dizer que o Outro é representado como um lugar que regula o processo pelo qual a criança unifica sua imagem do corpo. Esse seria um fator decisivo para a estruturação de um sujeito que, através do Outro, encontra-se inserido na linguagem. Na neurose, portanto, “o sujeito provém de seu assujeitamento

sincrônico ao campo do Outro” (LACAN, 1964 [2008], p. 184), processo que equipara o sujeito a um efeito de linguagem e que pode ser compreendido como alienação simbólica no Outro. Dessa maneira, nota-se que a presença do Outro no processo de constituição do *eu* é decisiva e, nesse sentido,

o especular nos remete também, tal como o que se dá num espelho, ao semelhante com o qual posso me confundir, ao próximo contra o qual posso me indispor, ao diferente do qual posso querer me acercar ou tomar distância... (LAIA, 2001, p. 92)

Lacan (1966 [1998]) ressalta que, do processo de alienação simbólica, no qual o Outro é quem atribui reconhecimento ao sujeito, resulta uma perda, ou seja, da significação do *eu* na linguagem, feita pelo Outro, produz-se, no sujeito, uma falta. Essa falta se compensa, no estádio do espelho, pela unidade do corpo, mas também faz emergir o objeto *a*. Para Lacan (1964 [2008]), diante da perda simbólica que marca o sujeito, o objeto *a* surgiria como uma possibilidade de tamponar essa falta e, por esse motivo, passaria a ser, para sempre, buscado pelo sujeito.

Retornando à clínica psicanalítica do autismo, destacaremos alguns elementos que lhe são fundamentais e sem os quais a compreensão da subjetividade dos autistas ficaria, a nosso ver, defasada. Revisando e ampliando as formulações de Laurent (2012), Maleval (2015) agrupa, sob o conceito de *borda autística*, três elementos que nos interessam considerar: o duplo, o objeto autístico e as ilhas de competência. A borda autística funciona como uma operação inventiva do sujeito, moderando sua angústia, protegendo-o contra o Outro e, às vezes, até lhe permitindo arriscar-se em relações sociais.

A passagem do autista pelo estádio do espelho se conclui de modo distinto da neurose e, como consequência, é produzida “uma redução da relação com o outro à pura relação especular” (MALEVAL, 2015, p. 31). O duplo do autista constitui, desse modo, um apoio, definindo-se como um objeto que o autista considera semelhante a si mesmo e que tem a função de tranquilizá-lo. Outra consequência dessa passagem peculiar pelo estádio do espelho, segundo Maleval (2015), refere-se ao gozo, que, no caso do sujeito autista, retorna sobre uma borda. A borda não se localiza no corpo do sujeito e nem no Outro, mas entre ambos, e sua principal função é apaziguar a angústia. Diante do pouco investimento libidinal que fazem no

outro e em seus próprios corpos, os autistas “testemunham regularmente uma acentuada atração por certos objetos” (MALEVAL, 2015, p. 27). O “objeto autístico” seria, portanto, aquele privilegiado pelo autista para intermediar sua relação com o mundo. Esse objeto, estando sob o controle do autista, poderia também funcionar, em alguns casos, como um duplo. De acordo com Maleval (2017), a borda autística abrangeria ainda a “ilha de competência”, ou seja, o desenvolvimento intenso e limitado dos autistas em um campo de conhecimento que também funcionaria como um recurso para sua aproximação do mundo externo.

A psicanálise de orientação lacaniana conta com as elaborações de Lefort e Lefort (1984), cuja prática clínica com crianças permitiu destacar a não existência do Outro como uma característica da subjetividade dos autistas. Segundo Lefort e Lefort (1984), o Outro inexistente enquanto campo significante, não cumpre sua função de dar ao sujeito um lugar no campo da linguagem, tal como acontece na estrutura dos sujeitos neuróticos. Ou seja, no autismo, pelo fracasso dessa inserção simbólica, o Outro se apresenta como uma ausência real. Os efeitos dessa inexistência real do Outro impactam as relações do sujeito autista com a linguagem, com seu próprio corpo e com os objetos. Assim, os autistas, em contraste com os neuróticos, conforme indicam Lefort e Lefort (1984, p. 282), “só podem encontrar no espelho um duplo real, e este duplo é ‘todo’ como eles, sem perda, sem unidade também”. O autismo se distinguiria das outras estruturas subjetivas (neuróticas, psicóticas e perversas), segundo Lefort e Lefort (2017), pela ausência do Outro, pela relação peculiar com o objeto e pelo modo como se insere em suas vidas a presença do duplo. Assim, Lefort e Lefort (2017) sugerem que o autismo constituiria uma quarta estrutura clínica.

Para Maleval (2015), outra característica dos autistas refere-se à sua resistência à alienação na linguagem que os leva a reter o objeto de gozo vocal e apresentarem-se com um franco mutismo, ou utilizando o signo devido à anulação do jogo com o significante. A primazia do signo nos autistas faz com que prefiram a regularidade fixa e a imutabilidade em suas vidas, na tentativa de ordenar o mundo que lhes parece exageradamente caótico. Por isso, os autistas se esforçam para dominar e reter o objeto *a*, que resta do campo significante do Outro e ao mesmo tempo é

causa do desejo dos sujeitos neuróticos. A eleição que muitos autistas fazem de um objeto específico ao qual se aderem de modo decisivo faz desse objeto um equivalente do objeto *a* que recebe, então, a denominação de “objeto autístico” (MALEVAL, 2015).

Outros aspectos relevantes sobre o entendimento psicanalítico do autismo serão mais explorados a seguir, paralelamente à apresentação de um caso de autismo específico.

3.2 Um caso de autismo específico

A história do autismo – desde os meios para se diagnosticarem seus sintomas às formas de compreender suas nuances subjetivas – tem se modificado ao longo dos anos, conforme procuramos indicar nesta dissertação. Certamente, os depoimentos de sujeitos autistas contribuem de maneira valiosa para essa modificação, e Maleval (2017) marca uma mudança radical na compreensão do autismo em razão do surgimento desses depoimentos. Laurent (2014) também destaca o interesse que os depoimentos dos autistas despertam em nossa sociedade, por seu preciosismo e particularidade: “Suas declarações têm a simpatia da mídia e suas autobiografias são sucessos editoriais” (LAURENT, 2014, p. 76). Nesse mesmo contexto, Hacking (2009) afirma que as autobiografias dos autistas criaram um novo gênero narrativo, em função de sua originalidade e do papel que desempenham: elas explicam ao mundo, com suas próprias palavras, o que é o autismo.

O valor desse novo gênero narrativo estaria relacionado, especialmente, à literalidade dos autistas. Hacking (2009) considera, ainda – coerentemente com a noção de neurodiversidade abordada nesta dissertação –, que o caráter individual de cada depoimento remete à unicidade de cada autista, sugerindo cautela para que não generalizemos o que é o autismo a partir de uma autobiografia. Sem que tenhamos qualquer pretensão a esse tipo de generalização, decidimos, neste trabalho, apresentar um caso de autismo, tomando-o como referência para o que pretendemos aqui discutir. Selecionamos, então, o relato de Mary Temple Grandin, a primeira autista a publicar uma obra autobiográfica. Faremos, a seguir, uma síntese

narrativa da história de vida desta autora, com base, principalmente, em seu livro *Emergence: Labeled Autistic*, publicado nos Estados Unidos, em 1986. Abordaremos também outras publicações da mesma autora, como *Thinking in Pictures* (2006) e *O cérebro autista* (2016), para enriquecer nossa apresentação, que será, também, permeada por elaborações de alguns psicanalistas de orientação lacaniana sobre o autismo e os relatos de Grandin.

Nascida em 1947, Grandin recebeu o diagnóstico de autismo em 1950, aos 3 anos de idade, por um neurologista, após uma sequência de exames médicos e testes para avaliar seu comportamento e sua capacidade cognitiva. Em uma família de quatro crianças, Grandin era a primogênita. Apresentava boa saúde física, “era atenta, inteligente e bem coordenada” (GRANDIN, 1986, p. 23). Embora fosse quieta, seus comportamentos atípicos preocupavam, segundo nos conta sua jovem mãe:

Tinha seis meses de idade quando minha mãe percebeu que eu não me aninhava mais e ficava rígida quando ela me segurava nos braços. Poucos meses depois, quando minha mãe tentava me pegar no colo, eu reagia tentando arranhá-la com as unhas, como um animal encurralado. (GRANDIN, 1986, p. 23)

Dessas preocupações, a mais grave referia-se à dificuldade de Grandin para falar. Mesmo não sendo surda e entendendo tudo o que lhe diziam, ela nem sempre respondia quando chamada e, se o fazia, era de uma maneira bastante limitada, utilizando apenas monossílabos. Segundo relata, até os 3 anos de idade, berrar e bater os braços eram as únicas formas de comunicação que podia manifestar. Embora posteriormente tenha evoluído bastante no âmbito da linguagem, Grandin (1986) considera que, mesmo adulta, ainda imprime um ritmo e uma entonação peculiar em sua fala, e que isso não deixa de lhe ser um diferencial. Sobre essa relação de alheamento e desinteresse com relação à linguagem, lembramos Lefort e Lefort (2017), que, na perspectiva psicanalítica, afirmam que o sujeito autista não tem propriamente um lugar no campo da linguagem, pois tal lugar implica um assujeitamento ao Outro e, para o autista, o Outro não existe. Sobre a relação peculiar dos autistas com a linguagem, Maleval (2017, p. 119) afirma que

O autista é afetado pela negatividade da linguagem. [...] o sujeito autista esforça-se para não engajar no mundo dos significantes – que faria dele

estrangeiro de si mesmo. [...] o autista não passa totalmente ileso pela captura no significante, mas ela é insuportável para ele.

A impossibilidade de olhar nos olhos das pessoas constitui uma característica marcante de Grandin. De acordo com sua narrativa, somente por volta dos 30 anos conseguiu fazê-lo pela primeira vez. Ela explica que essa prática ainda lhe exige um grande esforço (GRANDIN, 1986). Esse tipo de presença invasiva do olhar dos outros, no autismo, também surge como sua implicação na inexistência do Outro, conforme apontam Lefort e Lefort (2017). Nesse contexto do olhar, vale lembrar que, segundo Lacan (1964[2008], p. 104), “No nível da dimensão escópica, na medida em que a pulsão aí esteja em jogo, se reencontra a mesma função do objeto *a* que é discernível em todas as outras dimensões”.

Essa formulação de Lacan (1964[2008]) confere ao objeto olhar uma dimensão além da visão, tornando compreensível a dificuldade do autista – marcado pela ausência do Outro – de suportar o olhar ou sustentar uma troca de olhares.

Em seu relato, Grandin (1986) revela ter sido uma criança destrutiva que, insistentemente, mastigava seus brinquedos, riscava as paredes com lápis de cera, espalhava suas fezes pelo quarto e reagia com violência e acessos de raiva quando contrariada. Batia e lançava objetos contra quem a frustrasse. Na fase escolar, teve problemas em frequentar algumas escolas, justamente em função dessa agressividade contra as pessoas. De acordo com Lefort e Lefort (2017), dessa percepção peculiar que o autista tem do Outro resulta seu comportamento sádico, manifestado através da agressividade com outras crianças: “Ele (Outro) é apenas um puro real, e como tal, submetido à sua pulsão de destruição [...] Sem Outro, não há inveja nem ciúmes, mas somente pulsão sádica isolada” (LEFORT; LEFORT, 2017, p. 39).

Grandin (1986) era também extremamente sensível a ruídos, odores e algumas texturas. Os barulhos altos e repentinos eram sentidos como dolorosas invasões aos seus ouvidos, e situações como festas de aniversário e reuniões familiares eram momentos de tensão nos quais a sensação de pânico a dominava. Sobre esse aspecto comumente encontrado em autistas, Lefort e Lefort (2017) elucidam que os

autistas se mantêm “à margem de um mundo exterior feito de objetos não simbolizados e, em função disso, geradores de horror” (LEFORT; LEFORT, 2017, p. 43). Segundo esses autores, um pavor violento diante de qualquer eletrodoméstico pode se apoderar do autista, desencadeando explosões destrutivas dirigidas ao exterior ou a si mesmo, através de crises de automutilação, por exemplo.

Sobre essa agressão voltada para si mesmo, comum nos autistas, Tendlarz (2017) recorre às formulações de Jacques-Alain Miller e esclarece que, “por estarem submergidos no real, falta o furo” e, assim, “tratam de criá-lo através de uma automutilação para dar saída ao excesso de gozo que invade seu corpo” (TENDLARZ, 2017, p. 3). A esse respeito, Grandin (1986, p. 114) testemunha:

Lembro-me de que, quando era pequena, gostava um pouco de estímulos dolorosos. É possível ser esse o caso das crianças que se mutilam. E talvez elas possam ser orientadas para uma forma mais positiva, menos autodestrutiva, de autoestimulação. [...] Pesquisas recentes com animais indicam que a autoestimulação e o comportamento estereotipado reduzem a excitação em animais frustrados. [...] As crianças autistas têm um sistema nervoso hiperativo.

Em consonância com a descrição do autismo infantil de Kanner (1943), Grandin tinha fixação por objetos giratórios e se distraía, durante horas, observando detalhes que passariam imperceptíveis para a maioria das pessoas. No que concerne a essa importância dos detalhes, Grandin (2016, p. 132) ressalta que

[...] a tendência a ver detalhes antes de ver o todo sempre foi uma característica central em como me relaciono com o mundo. Quando era criança, meu comportamento repetitivo favorito era escorregar areia pelos dedos. Ficava fascinada com as formas; cada grão parecia uma pedrinha. Sentia-me como uma cientista trabalhando num microscópio.

Marcada pela falta de interesse pelas outras crianças e preferindo, invariavelmente, estar sozinha, Grandin (1986) descreve-se sempre alheia à vida social e ressalta que mudanças e novidades eram perturbadoras e motivos de ansiedade. O isolamento é uma característica marcante dos autistas, conforme descrevemos no capítulo anterior desta dissertação. Kanner (1943, p. 168) faz referência, quanto aos autistas, aos “desejos fundamentais de isolamento” e à “ausência de mudança”.

A relação de Grandin com os animais constitui parte fundamental de sua história. Sua vida girava em torno do gado, dos currais e dos condutos e, longe deles, era tomada pela sensação de que lhe “faltava alguém ou alguma coisa” (GRANDIN, 1986, p. 127). Essa declaração remete-nos a outra interessante observação sobre sua relação com o gado, suscitada pela fotografia que ilustra a capa de seu livro *Thinking in Pictures*. Nessa capa, Grandin está abraçada a uma vaca. Maleval (2017) interpreta essa fotografia pela vertente do “duplo”. Segundo ele, essa capa mostra uma autista sendo complementada por seu objeto: “A capacidade de se conectar imaginariamente com o sentimento do duplo que a completa indica nitidamente uma relação de integração com ele” (MALEVAL, 2017, p. 341). Nas palavras de Grandin (2006, p. 168),

Quando eu me coloco no lugar de uma vaca, eu realmente tenho que ser essa vaca e não uma pessoa vestida de vaca. [...] coloco-me dentro do corpo da vaca e imagino o que ela sente. [...] Eu vejo todos os tipos de conexões entre o comportamento deles (animais) e certos comportamentos autistas.

Em outro momento, Grandin (1986) descreve seu sentimento diante do estresse do animal prestes a ser abatido: “Senti uma proximidade da rês, e um respeito por ela, que jamais sentira antes. [...] aos poucos constatei que a perícia na operação do equipamento era na verdade a arte do afeto” (GRANDIN, 1986, p. 128).

A identificação de Grandin com os animais, nos termos do duplo, conforme define Maleval (2017), determinou sua eleição de um objeto autístico, a saber, a máquina de pressão, que motivou seu progresso acadêmico e profissional. Segundo a autora (1986), trata-se de um aparato feito de madeira, semelhante a um conduto de imobilizar gado, construído para seu próprio uso e que lhe permite pressionar-se ao mesmo tempo que controla essa pressão. Sobre a relevância dessa máquina em sua vida, Grandin (2006, p. 59-60) relata:

Eu costumava sonhar durante horas na escola primária sobre a construção de um dispositivo que aplicaria pressão ao meu corpo. [...] Após visitar minha tia no Arizona, eu tive a ideia de construir um dispositivo desse tipo, baseado no conduto de gado que eu vi pela primeira vez lá. [...] Eu tive um grande ataque de pânico, e entrei no conduto de compressão no rancho. [...] cinco segundos depois senti uma onda de relaxamento. [...] Copiei o design e construí, quando voltei para a escola, a primeira máquina de compressão humana a partir de painéis de compensado.

Os estímulos táteis constituem um aspecto importante do autismo e também se destacam na narrativa de Grandin (1986). A autora conta que, embora tivesse dificuldade de suportar o contato físico com as pessoas, sentia falta de ser abraçada. Na infância, para suprir essa falta, costumava cobrir-se com almofadas, e foi nessa mesma época que começou a imaginar sua “máquina de pressão”. Em sua fantasia, seria possível controlar a intensidade do aperto, o que diminuiria sua tensão em relação a ser abraçada. Na medida em que confirmava os benefícios que seu uso lhe proporcionava – aplacando seus nervos e trazendo sensações prazerosas –, seguia aprimorando seu aparato:

Com o uso da minha máquina de pressão, eu aprendia a controlar minha agressividade e aceitar o afeto. [...] Pensamentos agressivos e negativos se tornavam menos ocorrentes, porque o sentimento de alívio dissolvia a agressividade. (GRANDIN, 1986, p. 115)

Grandin (2006) afirma que sua observação atenta do conduto de imobilizar gado fez com que percebesse, mutuamente, a reação do animal se acalmando após a compressão de seu corpo e suas próprias reações frente aos estímulos táteis. E aponta que foi a partir de sua experiência com a máquina de pressão que sentiu crescer seu interesse em projetar equipamentos que proporcionassem menos desconforto para o gado.

Para Maleval (2017), ao se colocar no lugar do animal e complementar-se com uma máquina que se molda a seu corpo, Grandin se regenera e se tranquiliza, pois está, desse modo, unida ao objeto que falta. O autor (2017) ressalta um traço fundamental do objeto autístico: este não se localiza no Outro, como supõe o sujeito na neurose, mas sua existência se faz no Real. Essa localização no Real, característica do objeto autístico, resultaria do fracasso do Outro como aquele que deveria promover a inscrição do sujeito no campo simbólico. Diante da falta de significação do sujeito pelo Outro, no autismo, a relação com a linguagem aparece comprometida. Resta, portanto, a possibilidade de o autista acessar o signo. Através do signo, pode-se alcançar o sucesso intelectual, como nos mostram os autistas de alto desempenho.

A máquina de pressão de Grandin, segundo Maleval (2017), “ilustra um obstáculo à sintonização com o Outro da linguagem, que ela compensa com o manejo intelectual

do signo” (MALEVAL, 2017, p. 343). Sobre esse aspecto, Tendlarz (2016, p. 139) considera que

O aparato que inventou para si mesma e para o gado [...] lhe servia para a construção de uma borda que se move até ser apagada e produz um deslocamento metonímico em relação ao seu trabalho como zoóloga e etóloga, professora da Universidade do Colorado. [...] Ao experimentar, nela, o aparato, sentiu que produzia uma sensação de alívio frente ao excesso de excitação.

Poderemos utilizar Maleval (2017) para complementar Tendlarz (2016), quando o primeiro sugere que, “por via de regra, é valendo-se da sua borda que o autista desenvolve ilhas de competência” (MALEVAL, 2017, p. 126). Desse modo, a elaboração de uma fronteira teria permitido a Grandin estimular sua capacidade intelectual. A borda separa o autista da realidade externa invasiva e pode ser compreendida como uma “barreira autossensual, gerada por estímulos corporais” (MALEVAL, 2017, p. 126).

A temática do sucesso profissional de Grandin está presente em seus depoimentos, evidenciando-a como um aspecto fundamental na história de sua vida, inclusive no que diz respeito ao autismo. O modo como Grandin (2006) articula suas características autistas à sua capacidade de projetar equipamentos para gado parece atrelar seu desempenho ao tipo de raciocínio peculiar que o autismo lhe confere. A ilha de competência desenvolvida por ela está compreendida no campo da engenharia, da zoologia e da etologia e resulta de seu interesse intenso por animais e de sua curiosa relação com um objeto. Esta última aparece claramente na máquina de pressão que construiu para aliviar sua tensão, inspirada no conduto de imobilizar gado.

Interessante evocar, neste momento da discussão, o relato da mãe de Grandin sobre a relação da filha com o corpo. Segundo a mãe, desde pequena Grandin gostava de brincar com caixas. Na fase adulta, dando sequência à sua relação com tal objeto, inventa sua máquina de pressão – que não deixa de ser uma caixa na forma de uma “armadilha para gado” (*cattle trap*). Grandin (1986) explicita que sua mãe acreditava que as caixas tinham a função de “objetos transicionais” para a filha. Consideramos pertinente desenvolver, ainda que de maneira breve, esse conceito

extraído de Winnicott (1951[2000]) antes de darmos prosseguimento à nossa discussão.

Ao observar o comportamento de bebês, Winnicott (1951[2000]) identificou que eles faziam uso, inicialmente, de suas próprias mãos, dedos e punhos, passando a se apegar, posteriormente, a algum brinquedo, como um boneco, um bichinho de pelúcia ou até mesmo uma fralda de pano. A esse objeto especialmente eleito pelo bebê, Winnicott (1951[2000]) chamou de “objeto transicional”. O termo *transicional* faz referência ao espaço intermediário entre o interior e o exterior do corpo do bebê, quando este já é capaz de se perceber como unidade.

O objeto transicional teria como função fazer uma representação de algo que pertencesse, simultaneamente, à subjetividade do bebê e à realidade objetiva. Ou seja, uma função mediadora entre o mundo interno e externo, servindo, para o bebê, como um recurso de elaboração. Segundo Winnicott (1951[2000]), a presença desse recurso ajudaria o bebê a suportar sua desilusão – resultado do processo de amadurecimento, no qual a mãe real lhe apresenta a realidade objetiva do mundo externo, desconstruindo a ilusão pueril de onipotência experimentada internamente.

A partir dessa breve explicação, podemos compreender melhor a origem da interpretação feita pela mãe de Grandin sobre o apego da filha a caixas. No entanto, embora sua mãe entendesse as caixas como objetos transicionais, Laurent (2012, p. 24) lhes atribui outra função: “[...] provavelmente o matema do objeto *a* é mais adequado para considerar essa forma com a qual Temple Grandin tenta capturar um corpo – um corpo animal; ela mesma diz que se identifica a uma vaca”.

Desse modo, as caixas seriam a manifestação do objeto *a*, desempenhando a função de dar forma ao seu corpo (LAURENT, 2012). De fato, observa-se uma relação peculiar com o corpo, no autismo. Sobre esse aspecto, Lefort e Lefort (1984) pontuam que a estrutura do corpo resulta da articulação entre o significante e o Real, mas, quando essa articulação não se opera, como ocorre no autismo, não há vias para a estruturação do corpo. Laurent (2012) indica que essa separação entre o significante e o corpo determina a dificuldade relatada pelos autistas para manterem,

com o corpo, uma relação estável. A esse respeito, encontramos, nos relatos de Grandin (1986), que ela sofria com ataques de nervos caracterizados por palpitações, boca seca, sudorese e espasmos musculares. Também eram frequentes os episódios de ansiedade, especialmente nos períodos pré-menstruais, nos quais os tremores se faziam sentir por todo o corpo. Do mesmo modo, as terríveis crises de colite a acompanham por toda a sua vida, conforme registra em sua narrativa. O psicanalista Maleval (2017, p. 43) pontua que, nos autistas,

A ação da linguagem sobre seus corpos produz a dimensão de uma perda subjetiva. Não possuindo os meios para simbolizá-la, o autista se esforça para suturar o vazio original, envolvendo-se em suas sensações corporais em um universo fechado. Não se distanciando, o objeto *a* do sujeito funde-se em um gozo autístico. A primeira forma da borda é uma superfície de obturação gerada a partir do próprio corpo.

Grandin (1986) define seu tipo de raciocínio como especial e diferente, necessitando focar uma única tarefa de cada vez, de caráter bastante visual e espacial, e, em termos de linguagem, extremamente literal. A capacidade de memorização de Grandin é boa, e sua inteligência, superior à média. Sobre sua forma particular de raciocínio através de imagens, Grandin (2006) detalha, em seu livro *Thinking in Pictures*, suas habilidades:

Minha imaginação funciona como os programas de computação gráfica que criaram os dinossauros em Jurassic Park. Quando faço uma simulação de equipamento em minha imaginação ou trabalho em um problema de engenharia, é como vê-lo em uma fita de vídeo em minha mente. Eu posso vê-lo de qualquer ângulo, colocando-me acima ou abaixo do equipamento e girando-o ao mesmo tempo. Eu não preciso de um programa gráfico fantástico que possa produzir simulações tridimensionais de design. Eu posso fazer isso melhor e mais rápido na minha cabeça. (GRANDIN, 2006, p. 5)

Esse aspecto do raciocínio de Temple Grandin interessa a Laurent (2012), que ressalta a afirmação dessa autista de que seria capaz de dar conta de todas as etapas de seu pensamento quando está projetando um equipamento. Segundo o autor (2012), tal descrição estaria presente também no relato de outros sujeitos autistas e indicaria “uma maneira de apresentar as regras da linguagem apartadas de qualquer relação com o corpo, sem nenhuma opacidade [...] ou seja, uma transparência para si mesmo do pensamento total [...]” (LAURENT, 2012, p. 22).

Embora a angústia seja a principal marca de sua infância e juventude, Grandin afirma que, “felizmente, não percebia o quanto era diferente” (GRANDIN, 1986, p. 32) e que somente tomou consciência disso “aos vinte e tantos anos” (p. 123), após escutar de um professor que, na opinião de seus colegas, ela se comportava de maneira bizarra. Seus depoimentos revelam as dificuldades enfrentadas pelos autistas e seus familiares e descrevem algumas das barreiras que esses sujeitos são desafiados a superar ao longo da vida. Grandin refere-se à sua infância utilizando termos como “abismo de solidão” (GRANDIN, 1986, p. 25) e descreve-se assolada pela “rejeição cruel das colegas” ou pelas “atitudes negativas dos professores” (p. 63). Sobre sua amarga experiência como criança autista, declara: “Talvez por ter sido tão infeliz, só me lembro de fragmentos desse período da minha vida. Quando abro uma fresta da porta das minhas memórias, sinto-me bombardeada por impressões negativas” (GRANDIN, 1986, p. 63).

A respeito de sua mãe, Grandin (1986, p. 23) considera que “ter uma filha autista era assustador para ela” e lembra que a internação institucional da filha lhe fora sugerida, como era comum na prática médica daquela época. Embora admita enfrentar, ainda, alguns problemas em suas relações interpessoais, Grandin avalia-se como alguém que atravessou o autismo. E, frente a essa avaliação, parece-nos que, do seu ponto de vista, o diagnóstico de autismo seria, de algum modo, superável. Segundo ela,

Hoje sou uma bem-sucedida projetista de equipamento para a pecuária, com uma empresa própria. Quem poderia imaginar, vendo a menina estranha que eu era? [...] Com minha capacidade de pensar visualmente, eu “vejo” outras pessoas “rotuladas de autistas” atravessando suas portas simbólicas, rumo ao sucesso. (GRANDIN, 1986, p. 148)

Restringimos nossa análise a estes aspectos do autismo específico cuidadosamente selecionados, embora reconheçamos haver outros elementos importantes no rico depoimento de Grandin e nas elaborações psicanalíticas sobre o tema. Diante de nossa proposta de considerar seu relato autobiográfico a partir do recorte específico definido para o presente estudo, convém-nos dar continuidade à nossa discussão. Desse modo, com o intuito de mantermos o foco em nossos objetivos, passaremos, a seguir, ao interessante fenômeno cultural do autismo generalizado.

3.3 Autismo generalizado e a cultura contemporânea

Prosseguindo em nosso esforço de traçar o panorama do autismo na sociedade contemporânea, consideramos importante abordar um fenômeno cultural que apresenta certas características comuns com o autismo específico. Trata-se de uma tendência ao isolamento cada vez mais intensamente observada em nossa cultura, de cada um com seus *gadgets*. O amplo acesso aos aparelhos eletrônicos e o desenvolvimento tecnológico permitem a cada indivíduo portar seu próprio universo virtual, ao qual se mantém continuamente conectado, desvinculando-se e isolando-se do universo real que também lhe concerne. A forte presença do individualismo e do hedonismo em nossa cultura permitem-nos, juntamente com Laia (2016-2018), a partir das investigações desenvolvidas em seu Projeto de Pesquisa sobre autismo,¹⁴ levantar a hipótese de que há, para além dos diagnósticos específicos do Transtorno do Espectro Autista, uma espécie de generalização do autismo hoje.

Miller (2005) analisa os aspectos que marcam o cenário social atual comparando-o a um passado moderno recente, no qual a estrutura tradicional baseava-se no ideal patriarcal. Sua leitura aponta para uma transformação (ou esvaziamento) do discurso que, enfraquecido em seus ideais coletivos, passou a enaltecer os objetos de satisfação da pulsão. Nas palavras de Lacan (2012, p. 411), trata-se da “ascensão ao zênite social do objeto *a*”. Segundo Laurent (2005), evidenciamos um panorama caótico em nossa sociedade atual como resultado do rechaço ao Outro que marca o declínio do discurso sustentado pelo Nome-do-Pai. O autor ressalta, ainda, o excesso da busca pela satisfação desvinculada do desejo e do laço social. Ou seja, busca-se, hoje, uma satisfação da ordem do gozo, que se realiza no objeto.

Nesse sentido, conforme apresentamos no capítulo 1 desta dissertação, no âmbito dos Estudos Culturais, Canclini (2005) também faz a constatação de que a sociedade contemporânea, por meio das novas tecnologias, segue quebrando paradigmas e rompendo com referências tradicionais, modificando suas bases estruturais. Segundo esse autor, o efeito dessas mudanças traduz-se em crises e conflitos. Ao nosso ver, essas novas tecnologias seriam veiculadoras do objeto *a*,

¹⁴ Projeto de Pesquisa anteriormente referenciado. Ver nota de rodapé na p. 44 desta dissertação.

tornando-se alvos das aspirações de consumo do sujeito contemporâneo. Desse modo, parece-nos que, além do individualismo e do hedonismo presentes na contemporaneidade, o comportamento consumista orienta a dinâmica social vigente, fazendo movimentar freneticamente uma economia que, antes de ser financeira, é libidinal.

Frente à crise de paradigmas e de referências tradicionais, observamos a popularização das patologias de consumo. Conforme aponta Miller (2005), o predomínio do real do gozo faz surgirem os novos sintomas. Sobre essa relação entre o caos e o consumismo, consideraremos o seguinte esclarecimento de Lacan (2012, p. 411): “quando já não se sabe a que santo recorrer [...], compra-se qualquer coisa [...]”.

O excesso de investimento no objeto reflete-se, portanto, no desinteresse dos sujeitos pelas relações interpessoais. Isso nos remete a uma característica comum dos autistas específicos, para os quais o Outro não existe. Nessa vertente, Tendlarz (2016, p. 25) formula que

Numa sociedade predominantemente individualista, na qual há um corte do vínculo crescente, pode-se dizer que existe um "autismo generalizado": todo autista em seu gozo, em seu vínculo curto-circuitado com o outro. É por isso que o TEA se torna um grande diagnóstico do século XXI.

Segundo Tendlarz (2014, p. 2), “a expressão ‘autismo generalizado’ nomeia o gozo, supõe o laço com o outro, mas sem que essa generalização implique um diagnóstico”. A autora se esmera em esclarecer a distinção entre o autismo específico e o conceito de “gozo autista”, ressaltando que “o gozo é sempre autoerótico” (TENDLARZ, 2014, p. 2).

Frente às formulações apresentadas acerca do autismo generalizado, no que concerne à primazia do gozo autoerótico, pareceu-nos pertinente recuperar a origem desse conceito, resgatando, na teoria freudiana, sua essência. Para tanto, localizamos a definição de autoerotismo em Freud (1905 [1998]), referindo-se à pulsão que se satisfaz no próprio corpo, ou seja, que não se dirige a outra pessoa. Esse caráter autossuficiente da pulsão estaria presente nas primeiras práticas sexuais infantis, como ocorre comumente no “sugar com deleite” – atividade na qual

o bebê dispensa o seio materno, satisfazendo-se com a mucosa de sua própria boca (FREUD, 1905 [1998], p. 172). Em nossa discussão acerca do surgimento da palavra “autismo”, no capítulo 2 desta dissertação, destacamos a expressão “pensamento autístico”, criada por Bleuler (1911), e indicamos a influência da psicanálise freudiana na escolha do termo *auto* – que, de origem grega, significa sozinho.

Concatenando as nuances do conceito de autoerotismo e as tendências dos autistas ao isolamento, podemos verificar a relevância da formulação de Tendlarz (2014) sobre o autismo generalizado, pois ela destaca aí um modo de gozo no qual o vínculo com o outro se apresenta reduzido. Acerca da predileção do objeto em detrimento do outro na busca pela satisfação pulsional, evocamos – como fizemos anteriormente, no capítulo 2 desta dissertação – a sugestão de Laia (2018) de que o fenômeno cultural contemporâneo, manifestado pelo apego aos aparelhos eletrônicos portados como objetos que satisfazem ao corpo, poderia indicar uma equivalência entre o autoerotismo freudiano e o autismo generalizado. Laia toma como referência as observações de Freud de que, na satisfação autoerótica, temos a “boca que beija a si mesma”, como uma derivação da alucinação de sugar o seio. No caso da adesão aos *gadgets*, seria possível localizar o autismo generalizado:

Esse autismo generalizado é particularmente presente nos dias de hoje, tal como verificamos no apego aos celulares: cada vez mais colados no corpo, estes e tantos outros aparelhos são, no corpo, a presença do Outro como o corpo mesmo. (LAIA, 2018, p. 138)

Do modo explicitado por Laia (2018), podemos compreender que a ênfase da questão do autoerotismo está no fato de o objeto *a* não estar mais no Outro, mas no corpo do próprio sujeito, que dele se satisfaz. Daí a menção de Tendlarz (2017) do gozo curto-circuitado, ou seja, fechado em si mesmo, nessa relação com os *gadgets*, característica da civilização contemporânea. Laia (1996) já havia considerado que somos afetados por ondas imperceptíveis – de celular, internet, TV, entre outros –, nomeadas por Lacan como *aletosfera*, pois nos tornamos consumidores de vários pequenos aparelhos eletrônicos portáteis – objetos *a*. Esse comportamento de portar o objeto *a* junto ao próprio corpo remete-nos ao autista

com seu objeto autístico, cuja função parece tão fundamental ao sujeito que este não pode descolar-se dele.

Pautando-nos pela discussão anteriormente traçada nesta dissertação sobre o “estado da arte” na temática do autismo e da neurodiversidade, observamos que as publicações mais recentes utilizam a expressão *condição humana* para se referirem ao autismo. Porém, diferentemente desses autores, e de maneira bastante instigante, Laia (2018) extrai do romance de Philip Roth a expressão *marca humana* para comportar essa amplificação do autismo como um fenômeno cultural. Se “condição humana” parece descrever adequadamente o horizonte que abarca a situação de nossa existência enquanto seres humanos, para Laia (2018) parece não comportar, ou não privilegiar suficientemente, o diferente, o estranho que habita o corpo dos humanos. *Marca humana*, por outro lado, interessa-nos no contexto desta discussão, como uma designação que pode preservar, no diagnóstico e além dele, a dimensão de “héteros” – como uma presença do Outro encarnado no corpo do sujeito – e de autoerotismo, conforme aponta Laia (2018). Partindo dessa expressão e expandindo sua formulação acerca do autismo na contemporaneidade, Laia (2018) – referindo-se ao romance que o inspira – sustenta que é preciso acolhermos o autismo como nosso “héteros”. Foi essa perspectiva que procuramos traçar também aqui, nesta dissertação sobre autismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta dissertação, o breve percurso histórico e o trabalho de contextualização realizados sobre os Estudos Culturais permitem-nos tomá-los como um paradigma inovador do conceito de cultura. Menos comprometido com as atividades de erudição elitistas, tal conceito, mais abrangente e extensivo às práticas populares e ao cotidiano, surge em coerência com a origem social e os ideais de seus fundadores. Ele também compreende a expressão de um momento histórico específico, a saber, a peculiaridade do cenário econômico europeu, que favoreceu a oportunidade de ascensão social e cultural da classe operária: na medida em que reconheciam a luta dos grupos segregados e se interessavam pelas questões das minorias, os Estudos Culturais promoviam a inclusão das diferenças e a valorização da diversidade humana. O caráter humanitário desse campo de investigação veio a adquirir maior legitimidade institucional mais tardiamente, quando pôde se consolidar – juntamente com a produção de seus fundadores – no meio universitário, fazendo-se reconhecer, afinal, como uma disciplina acadêmica. Autorizado, portanto, por seu estatuto de “nova disciplina” e por outros aspectos explicitados com detalhes nesta dissertação, concluímos ser assertiva e pertinente nossa indicação dos Estudos Culturais como um campo propício para acolher a “causa do autismo”.

A noção de neurodiversidade, conforme também pudemos constatar a partir de nossa investigação, emerge de pesquisas recentes no campo das neurociências e sugere um modo de compreensão das alterações genéticas identificadas nos autistas como variações humanas normais. Em direção compatível com os Estudos Culturais, portanto, essa nova concepção comporta a proposta de superação de preconceitos e acolhimento das diferenças. Sob o respaldo da credibilidade culturalmente conferida ao rigor científico, os preceitos da neurodiversidade permitem-nos, conforme procuramos realizar nesta dissertação, considerar o autismo como mais uma maneira de ser dos seres humanos. O conhecimento acerca da genética, implicado a noção de neurodiversidade, sugere, portanto, que devemos romper com os padrões normativos que vêm, há décadas, marginalizando minorias como aquelas dos autistas. Evidenciamos que as pesquisas sobre o genoma humano agregam valiosos argumentos aos ideais igualitários apresentados

pelos Estudos Culturais, revelando precisa nossa proposta de uma articulação interdisciplinar na realização deste estudo. Desse trabalho entre e com disciplinas, podemos extrair, como parte de nossa conclusão sobre um lugar para o autismo, que a aceitação e o respeito pela diversidade lançam duras críticas à necessidade de se curar, enquadrar ou suprimir o autismo.

Verificamos que também a psicanálise de orientação lacaniana, pautada no preceito da singularidade do sujeito, sustenta para o autismo e outras manifestações de diferenças a importância de um olhar livre de generalizações, ou seja, particularizado. Nossas elaborações acerca do autismo permitem-nos destacar o cuidado dessa abordagem da psicanálise para considerar cada arranjo construído subjetivamente na relação única de cada um com seu sintoma. Podemos então concluir que, de acordo com a psicanálise de orientação lacaniana, o enfoque deve ser colocado sobre os autistas como sujeitos, e não sobre o autismo como uma categoria, uma mera classificação, mesmo quando ela inclui as diferenças próprias a uma dimensão espectral. À luz dessa abordagem da psicanálise, algumas nuances do comportamento dos autistas puderam ser esclarecidas aqui como um modo de se relacionar com o outro, com os objetos, com as mudanças, dentre outros aspectos que lhes são característicos e que merecem ser acolhidos e respeitados. Essa leitura singular, realizada por psicanalistas de orientação lacaniana, com relação ao campo subjetivo, mostrou-se compatível com o que, em outros campos do saber, é defendido pela noção de neurodiversidade e por propostas dos Estudos Culturais. Desse modo, pudemos atestar o valor da aliança interdisciplinar aqui promovida como uma contribuição efetiva diante do panorama no qual o autismo é abordado no contexto contemporâneo.

O caso de autismo específico, utilizado para dar mais argumento aos nossos propósitos – a vida de Mary Temple Grandin –, constituiu-se como um elemento fundamental no que se refere ao lugar dos autistas no mundo, pois escolhemos um testemunho que inaugurou um novo momento na história do autismo. Assim, os relatos dessa autista sobre sua própria vida, tomados nesta dissertação como parte de nosso referencial teórico, conferiram ao conhecimento sobre o autismo a experiência pautada em uma vivência real de uma autista, traduzida em sua própria

linguagem. A leitura dos livros de Grandin (1986, 1996 e 2006) apresentada nesta dissertação nos leva a concluir que a segregação social e cultural imposta de modo geral às minorias – amparada nos modos tradicionais de se lidar com as diferenças – também fere gravemente a dignidade dos autistas. Testemunhos como os de Grandin servem de denúncia contra o preconceito, conscientizando a sociedade dos efeitos nocivos da discriminação praticada contra todos os tipos de diferenças. Consideramos, a partir da discussão empreendida sobre esses testemunhos, que eles têm, ainda, a função de contribuir para o esclarecimento do autismo, constituindo-se como uma espécie de chave que nos abre para o universo fechado e complexo no qual muitas vezes os autistas parecem se resguardar. Estudar os textos de Grandin (1986, 1996 e 2006), especialmente no que se refere ao que eles, como outros textos de outros autistas, comportam de reivindicações pela aceitação social e pelo respeito pelo “modo autista de ser”, nos permite concluir que nossa proposta de articulação entre Estudos Culturais, noção de neurodiversidade e psicanálise de orientação laciana é apropriada para se encontrar um lugar para o autismo no mundo.

Esta dissertação, por fim, abordou o autismo generalizado como um fenômeno cultural observado no mundo contemporâneo, no qual cada indivíduo parece se isolar, através dos aparelhos eletrônicos, em seu próprio universo. A tendência ao isolamento se manifesta como um comportamento contemporâneo comum, no qual cada um se mostra mais interessado nos objetos que consome do que nas relações interpessoais. Nossa análise sobre esse fenômeno da atualidade permite-nos concluir que, de uma maneira interessante, o autismo específico e o autismo generalizado, embora sejam distintos um do outro, nos conduzem a uma mesma proposta de intervenção possível. A psicanálise de orientação laciana apontou, conforme detalhamos no item 3.2 desta dissertação, que uma via possível de tratamento clínico do sujeito autista deve considerar sua estrutura subjetiva, na qual o Outro não existe. Desse modo, o cuidado do analista deve ser o de não se tornar uma presença invasiva, mas suportar ser tomado como objeto pelo autista. Compondo uma parceria com o autista tomado como sujeito, o analista poderia fazer existir uma relação possível com o Outro.

A respeito do autismo generalizado no qual a relação com o Outro se encontra comprometida em função do enaltecimento dos objetos de consumo, uma possibilidade de intervenção, conforme aponta Lacan (1974), seria fazer emergir o amor, através da transferência, como uma ferramenta capaz de mediar o gozo solitário. Pela via do amor, portanto, é que seria possível realizar intervenções, tanto no caso do autismo específico como no autismo generalizado, no sentido de construir uma ponte de acesso ao sujeito fechado, cada um a seu modo, em seu gozo autoerótico.

Consideramos oportuno resgatar, ainda, neste momento de considerações finais, que o presente estudo permitiu-nos identificar várias facetas sobre a segregação. No âmbito dos Estudos Culturais, a intolerância ao diferente, como um fenômeno cultural evidente no mundo contemporâneo, é tematizada e combatida como sendo determinante de muitos conflitos que assolam a humanidade. Esse processo de discriminação, para os Estudos Culturais, se traduz em termos do que é transmitido de geração em geração: através da linguagem, estabelecem-se relações de dominação de uma cultura sobre a outra, gerando as situações de desigualdade que irão culminar nas manifestações de segregação (BHABHA, 2014). No que concerne à psicanálise, Lacan (2003) também formula que as raças seriam frutos de lugares simbólicos transmitidos através do que se transmite pela linguagem. Assim, se tomarmos o racismo como um tipo de discriminação, podemos aproximar as elaborações de Bhabha (2014) e Lacan (2003) sobre essa temática, e isso poderia se constituir, inclusive com relação ao autismo, em outra via para uma pesquisa futura, mas que se define a partir do trabalho realizado ao longo desta dissertação.

Lembramos ainda, neste momento de conclusão, que a psicanálise sustenta que o tratamento analítico acontece através da palavra, e esta dissertação também procurou se fazer nortear por essa possibilidade de intervenção com sujeitos autistas, através do manejo clínico mediado pela linguagem. Esse norteamento também se aplica, como vimos, ao autismo generalizado. Este, em sua essência, manifesta o caráter autoerótico de satisfação ligada ao objeto e que é ainda mais destacado nos casos de autismo específico. Mesmo não se tratando de um diagnóstico, o autismo generalizado se apresenta marcado pela tendência ao

isolamento, pela forte presença do hedonismo, do narcisismo e do consumismo. Essa presença surge no mundo contemporâneo para obturar uma falta que é inerente ao sujeito, conforme discutimos no capítulo terceiro desta dissertação. Desse modo, podemos situar a relação autoerótica com objetos de satisfação, em suas várias especificidades, como um ponto de convergência da articulação interdisciplinar promovida por esta dissertação.

Interessa-nos, também, como parte de nossas elaborações finais, destacar que uma discussão acerca do autismo implica uma ampla complexidade, especialmente quando tomado a partir de uma perspectiva interdisciplinar, tal qual a que adotamos neste trabalho. Os aspectos culturais, sociais, históricos, subjetivos, compreendidos ao longo da história do autismo, comportam inúmeras outras nuances que poderiam ser desenvolvidas em diferentes contextos que não pudemos explorar aqui, assim como as elaborações dos psicanalistas lacanianos acerca do autismo. Desse modo, consideramos que o recorte específico definido para a presente dissertação delimitou nossa investigação, permitindo que dela surjam novas propostas de estudos. Certos da necessidade de um esforço contínuo de produção de conhecimento acadêmico-científico, esperamos ter contribuído, na medida de nossa proposta, com esse processo de construção que vislumbra, como finalidade, um lugar para o *hétéros* com o qual autistas de fato ou não, mais ou menos tomados pela generalização do autismo, cada um de nós tem de se haver, sobretudo se considerarmos os desafios da vida contemporânea.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (APA). **Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders** (DSM). 5th edition, 2013.

ASPERGER, Hans (1944). Os “psicopatas autistas” na idade infantil. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**. São Paulo, v. 18, n. 2, p. 314-338, jun. 2015.

BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 2014.

CANCLINI, Nestor. **Diferentes, desiguais e desconectados** – mapas da interculturalidade. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.

CEVASCO, Maria Elisa. **Dez lições sobre estudos culturais**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

DONVAN, John; ZUCKER, Caren. **Outra sintonia: a história do autismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

EAGLETON, Terry. **A ideia de cultura**. São Paulo: Unesp, 2005.

FREUD, S. (1905). **Três ensaios sobre a teoria da sexualidade**. Obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1996. p. 119-240. (Edição standard brasileira, v. VII).

GARDIA, Carlos A. et al. Autismo e doenças invasivas de desenvolvimento. **Jornal de Psiquiatria**, v. 80, n. 2, 2004. Disponível em: <<http://www.jpmed.com.br/conteudo/04-80-S83/port.pdf>>. Acesso em: maio 2018.

GRANDIN, Temple. **O cérebro autista**. Rio de Janeiro: Record, 2016.

_____. **Thinking in Pictures**. London: Bloomsbury Publishing, 2006.

_____. **Emergence: Labeled Autistic**. New York: Gran Central Publishing, 1986.

HACKING, Ian. **Autistic Autobiography**. Philosophical Transactions of The Royal Society B. 2009. p. 1467-1473. Disponível em: <<http://rstb.royalsocietypublishing.org/>>. Acesso em: 26 jun. 2018.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Org. Liv Sovik. Trad. Adelaine La Guardia Resende et al. Belo Horizonte: UFMG; Brasília: Representação da Unesco no Brasil, 2003.

_____. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.

HALL, Stuart. Life and Times of the First New Left. **New Left Review**, n. 61, January-February 2010. Disponível em: <<https://newleftreview.org/II/61/stuarthall-life-and-times-of-the-first-new-left>>. Acesso em: 30 dez. 2017.

HARTLEY, John. Os estudos culturais e a urgência por interdisciplinaridade: cedo, e não tarde, vamos precisar de uma ciência da cultura. **Matrizes**. São Paulo, ano 5, n. 1, jul./dez. 2011. Disponível em: <<http://www.periodicos.usp.br/matrizes/article/view/38307/41144>>. Acesso em: 26 jun. 2018.

HOGGART, Richard (1957). **As utilizações da cultura** 1. Lisboa: Editorial Presença Ltda., 1973.

KANNER, Leo (1943). Os distúrbios autísticos de contato afetivo. In: SCHMIDTBAUER ROCHA, Paulina (Org.). **Autismos**. São Paulo, 1997.

LACAN, J. (1957-58). **Seminário 5 – As formações do inconsciente**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

_____. **Os não-tolos erram / Os nomes do pai**: seminários entre 1973-1974. Tradução e organização de Frederico Denez e Gustavo Capobianco Volaco. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2018. Disponível em: <<http://www.editorafi.org>>. Acesso em: 26 jun. 2018.

_____. (1964). **Seminário 11 – Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008.

_____. (1966). O estádio do espelho como formador da função do eu. In: LACAN, J. **Escritos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998. p. 96-103.

_____. (1975). **Conferência em Genebra sobre o sintoma**. Disponível em: <www.campopsicanalítico.com.br>. Acesso em: 2 jul. 2018.

_____. (1970). Radiofonia. In: LACAN, J. **Outros escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003. p. 400-447.

LAIA, Sérgio. A classificação dos transtornos mentais pelo DSM-V e a orientação lacaniana. **CliniCAPS**, v. 5, n. 15, 2011. Disponível em: <http://www.clinicaps.com.br/clinicaps_pdf/Rev_15/LaiaS.pdf>. Acesso em: 19 maio 2018.

_____. Autismo e autoerotismo: resultados parciais, em três observações, de uma pesquisa em curso. In: ALVARENGA, E.; LAIA, S. **O que é o autismo, hoje?** Belo Horizonte: EBP, 2018. p. 131-142.

_____. Sulcos (e depressões) da aletosfera. **Opção Lacaniana**; Revista Brasileira Internacional de Psicanálise. n. 17, p. 33-39, novembro de 1996. Disponível em: <<https://slidex.tips/download>>. Acesso em: 2 jul. 2018.

LAIA, Sérgio. Quando o objeto consome o consumidor: Lacan, imagem do espelho e publicidade. **Revista Mediação**. Belo Horizonte, n. 1, p. 80-97, 2001.

LAURENT, E. **A batalha do autismo** – da clínica à política. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

_____. O que nos ensinam os autistas. In: MURTA, A.; CALMON, A.; ROSA, M. (Org.). **Autismo(s) e atualidade** – uma leitura lacaniana. Belo Horizonte: Scriptum Livros, 2012.

_____. La Sociedad del Sintoma. **Lacanian Journal**, n. 2, abril de 2005. Disponível em: <www.wapol.org>. Acesso em: 2 jul. 2018.

LEFORT, Rosine. **Nascimento do outro**: duas psicanálises. Salvador: Editora Fator Livraria, 1984.

LEFORT, Rosine; LEFORT, Robert. **A distinção do autismo**. Belo Horizonte: Relicário Edições, 2017.

LEIS, Lizardo Héctor. Especificidades e desafios da interdisciplinaridade nas ciências humanas. In: PHILIPPI JR., Arlindo; SILVA NETO, Antônio. **Interdisciplinaridade em ciência, tecnologia e inovação**. Barueri, SP; Manole, 2011.

MALEVAL, Jean-Claude. **O autista e a sua voz**. São Paulo: Blucher, 2017.

_____. Clinica del Espectro del Autismo. In: MILLER, Jacques Allain et al. **Estudios sobre el Autismo**. Buenos Aires: Coleccion Diva, 2014.

_____. Por que a hipótese de uma estrutura autística? **Opção Lacaniana Online**. ano 6, n. 18, nov. 2015. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/20242915-Por-que-a-hipotese-de-uma-estrutura-autistica.html>>. Acesso em: 2 jul. 2018.

MATTELART, Armand; NEVEU, Erik. **Introdução aos estudos culturais**. São Paulo: Parábola, 2004.

MILLER, Jacques-Alain. Uma fantasia. In: CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN MUNDIAL DE PSICOANÁLISIS – AMP, 4, 2004, Comandatuba. **Anais...** Comandatuba, janeiro 2005a, p. 7-18. Disponível em: <<http://2012.congresoamp.com/pt/template.php?file=Textos/Conferencia-de-Jacques-Alain-Miller-en-Comandatuba.html>>.

MILLER, Jacques-Alain et al. **Estudios sobre el Autismo**. Buenos Aires: Coleccion Diva, 2014.

MORIN, Edgar (1921). **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. Brasília, DF: Unesco, 2000.

NAVEAU, Laure. O real, um antirracismo inédito. **EBP-Veredas. Lacan Cotidiano**, n. 357, nov. 2014. Disponível em: <<http://ampblog2006.blogspot.com.br/2014/01/ebp-veredas-lacan-cotidiano-n-357.html>>. Acesso em: 2 jul. 2018.

NEVES, C.; NEVES, F. O que há de complexo no mundo complexo? Niklas Luhmann e a teoria dos sistemas sociais. **Dossiê Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 15, p. 182-207, jan./jun. 2006.

NORBERT, Elias. **Os estabelecidos e os outsiders**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

PHILIPPI JR., Arlindo; SILVA NETO, Antônio. **Interdisciplinaridade em ciência, tecnologia e inovação**. Barueri, SP; Manole, 2011.

RIVIERE, Françoise et al. **2º relatório mundial da Unesco** – Investir na diversidade cultural e no diálogo intercultural. Disponível em: <www.unesco.org/en/world-reports/cultural-diversity>. Acesso em: 2 jul. 2018.

SILBERMAN, Steve. **NeuroTribes** – The Legacy of Autism and the Future of Neurodiversity. New York: Avery, 2015.

SINCLAIR, Jim. Don't Mourn for Us. **Autism Network International**, v. 1, n. 3, 1993. Disponível em: <<http://www.autismnetworkinternational.org/>>. Acesso em: 19 maio 2018.

SINGER, Judy. **NeuroDiversity** – the Birth of an Idea. Sydney: Judy Singer, 2017.

TENDLARZ, Silvia Elena. Lacan e o autismo em nossa época. **Opção Lacaniana Online**, ano 8, n. 23, 2017. Disponível em: <http://www.opcaolacanianana.com.br/pdf/numero_23/Lacan_e_o_autismo_em_nossa_epoca.pdf>. Acesso em: 2 jul. 2018.

_____. **Clínica del Autismo y la Psicosis em la Infância**. Buenos Aires: Coleccion Diva, 2016.

_____. Crianças autistas. **Almanaque Online Revista Eletrônica do IPISM-MG**, ano 8, n. 14, 2014. Disponível em: <<http://almanaquepsicanalise.com.br/edicoes/almanaque-no-14/#/Home>>. Acesso em: 19 maio 2018.

THOMPSON, Edward (1963). **A formação da classe operária inglesa** – a força dos trabalhadores. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

WILLIAMS, Raymond (1958). **Cultura e sociedade** – de Coleridge a Orwell. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

WING, Lorna; GOULD, Judith. Severe Impairments of Social Interaction and Associated Abnormalities in Children: Epidemiology and Classification. **Journal of Autism and Developmental Disorders**, v. 9, n. 1, 1979. Disponível em: <<https://www.academia.edu/6715040>>. Acesso em: 6 maio 2018.

WING, Lorna; POTTER, David. The Epidemiology of Autistic Spectrum Disorders: Is the Prevalence Rising? **Mental Retardation and Developmental Disabilities Research Reviews**, n. 8, p. 151-161, 2002. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com>>. Acesso em: 19 maio 2018.

WINNICOTT, D. W. (1951). Objetos transicionais e fenômenos transicionais. In: _____. **Da pediatria à psicanálise. Obras escolhidas**. Rio de Janeiro: Imago, 2000. p. 316-331.

ZLOTNIK, M. Racismo (um fio argentino). In: MACHADO, O.; RIBEIRO, A. **Um real para o século XXI**. Belo Horizonte: Scriptum, 2014. p. 448-449.